

Comunistas apontam rumo para nova etapa

Documento avalia que campanha por diretas entrou numa fase nova e dá ênfase ao papel do povo na rua. Pág. 4



EDITORIAL

Compromisso ou rutura

Como sair do impasse? Em torno desta questão candente começam a ferver sugestões em todo o país. O PC do Brasil lançou a respeito importante documento reafirmando que "não se pode negociar a vontade expressa da nação (...) em prol das eleições imediatas para a Presidência da República" e que "o fator fundamental para vencer a resistência das forças reacionárias e alcançar efetivas liberdades democráticas é a mobilização popular em ampla escala".

O governador Montoro também manifestou-se, defendendo as diretas-já e um candidato único das oposições comprometido com um programa básico de caráter democrático. O pronunciamento tem aparentemente como alvo condenar as manobras de negociações nos bastidores encenadas por Figueiredo e bem recebidas por setores mais conciliadores da oposição. Logo no dia seguinte o próprio governador Brizola reafirmou que defende a eleição direta para o sucessor de Figueiredo.

Multiplicam-se as fórmulas propostas. Todas elas indicam no rumo de uma transição, o que mostra a intensidade da pressão exercida pelos grandes comícios pró-diretas realizados em todo o país. Mas as oposições não podem se perder em questões menores, precisam enfrentar os problemas centrais e mobilizar as grandes massas para ter força.

A questão chave colocada na situação atual é o fim do regime militar.

Os comunistas assinalam, no texto distribuído à imprensa, que "as eleições diretas-já são, nas circunstâncias atuais, o meio menos conflitante (...) para solucionar o impasse político que o país defronta". E mesmo não negando que possam haver entendimentos, mostram que é possível chegar a "um governo de transição, que não pode ser entendido como de compromisso com o regime militar. Ao

contrário, só poderá ser um governo de ruptura com tal regime".

A Comissão Mista que discute a emenda apresentada por Figueiredo — e onde as oposições junto com o pró-diretas do PDS tentarão restabelecer a questão das diretas-já — será nestes dias um fórum onde de certa forma todas estas propostas estarão presentes. Para o governo, a tentativa é deixar aparecer a maior diversidade de idéias, mas limitar o debate às salas dos gabinetes. Para a oposição, pelo contrário, o interesse é reduzir as propostas ao essencial, e da forma mais simples, como foi a palavra de ordem simples de diretas-já, e retomar a mobilização popular para acompanhar todos os passos.

Alguns se mostram impacientes porque os grandes comícios não se repetem. É uma situação passageira, fruto de certa perplexidade com a rejeição da emenda Dante de Oliveira e de uma necessária readaptação das formas de luta das massas. O importante é que todos os democratas estejam voltados para a grande tarefa de contribuir para elevar o nível de organização e mobilização popular. É aí que se definirá de fato uma transição que signifique ruptura e não compromissos com os donos do poder.

Os comitês unitários pró-diretas cumprirão ainda destacado papel. Ajudarão a discutir com a população as mudanças na situação política e a manter viva a chama da campanha. Continuarão pressionando os governos democráticos para que não abandonem o trabalho de mobilização de massas. Darão apoio à missão do presidente da Comissão Mista, deputado Jarbas Vasconcelos, que se dispõe a viajar pelo Brasil para debater com as entidades e organizações democráticas. Prepararão condições para as grandes manifestações de rua, que mais cedo ou mais tarde voltarão à cena.



Deputado denuncia: Andreazza compra votos por 10 bilhões

Custou 10 bilhões e 311 milhões de cruzeiros o voto do governador de Sergipe, João Alves, comprado pelo "presidenciável" indireto Mário Andreazza, numa negociata através do BNH. A denúncia, do deputado

estadual Moacir Andrade (PMDB-Alagoas), fartamente documentada, retrata a malcheirosa corrupção reinante na sucessão através do Colégio Eleitoral.

Pág. 3

Governo fecha frentes de trabalho e condena nordestinos à morte

Reportagem da TO constata o drama de uma área do polígono das secas após a decisão de Brasília acabando com as frentes de emergência. P. 8



São Paulo pode parar no dia 16



Foto: L. Carlos Leite

Os motoristas e cobradores exigem 85% de reajuste salarial

Das 10 às 11 horas da quinta-feira, dia 10, cerca de 2.800 funcionários não operacionais do Metrô de São Paulo paralisaram suas atividades. Os outros 2 mil metroviários que operam os trens trabalharam, mas sem usar os uniformes da empresa. Desta forma a categoria, conhecida por sua coesão e combatividade, protestou contra a intransigência do governo estadual que não atendeu as reivindicações da campanha salarial. Conforme decisão da assembleia na noite anterior, com 1.300 presentes, os metroviários aguardarão até a próxima segunda-feira uma resposta positiva do governo. Caso isto não ocorra, toda a categoria entrará em greve, deixando sem transporte os mais de 1,3 milhão de usuários. Os metroviários exigem estabilidade no emprego; 175,64% de reajuste sobre o salário de junho passado; antecipação trimestral de 20%; etc.

Outra categoria que promete greve para o dia 16 é a dos motoristas e cobradores. Na tarde de quarta-feira mais de mil trabalhadores do setor saíram às ruas em passeata gritando: "No dia 16, São Paulo vai parar". Os 45 mil empregados do setor reivindicam 85% de aumento, mais um abono de emergência; equiparação salarial das empresas particulares com a CMTC (empresa do governo municipal). No dia 16 haverá a assembleia decisiva.

Congresso da UBES une secundaristas pelas diretas-já

Selma Oliveira e Delcimar Pires, diretores da entidade máxima dos secundaristas, opinam sobre os rumos do movimento. Página 5

Apoio redobrado à Tribuna diante do terror fascista

A semana passada bateu os recordes de solidariedade política e ajuda material para enfrentar efeitos do atentado. P. 7



Farsa eleitoral para nomear novo chefe de El Salvador

Quando fechávamos esta edição o resultado das eleições realizadas dia 6 em El Salvador estava bastante confuso. Enquanto o candidato democrata-cristão José Napoleón Duarte dava entrevistas como "presidente eleito", seu concorrente ultradireitista, Roberto D'Aubuisson, afirmava que ele era o verdadeiro vencedor.

A rádio Venceremos, porta-voz da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), divulgou diversos comunicados denunciando o pleito como uma "farsa que não resolverá os problemas do país" e conclamando a população à abstenção. Os guerrilheiros anunciaram também a realização de diversas ações armadas no dia da eleição e afirmaram ter impedido a votação em 54 distritos do leste do país, principalmente aqueles controlados pelas forças da FMLN. De fato, como já assinalamos em outras oportunidades, El Salvador não viveu, com as eleições presidenciais, uma experiência democrática de debate amplo, participação popular e livre escolha de nomes e programas de governo com vistas à solução dos problemas de fundo do país. Mas um simulacro de eleição disputada em clima de negação das liberdades e dos direitos fundamentais, sob total con-



Duarte "eleito" sai atrás dos dólares

trole de um exército fascista e corrupto e do imperialismo norte-americano.

PROMESSAS VÃS

O presidente "eleito" José Napoleón Duarte já exerceu anteriormente a Presidência da República, no período de novembro de 1980 a março de 1982, com a mesma plataforma supostamente reformista e liberal que apresenta agora. Contudo, em sua curta gestão, revelou-se um fantoche dos interesses norte-americanos e da oligarquia interna, orientando toda a sua ação para o objetivo de esmagar a ferro e fogo a luta de libertação do povo salvadoreño.

Agora, jactando-se de contar com o "apoio da maioria do eleitorado", Duarte pretende passar como o promotor das reformas sociais, o condutor da democratização do país e negociador capaz de alcançar a pacificação nacional. Mas, como implantar reformas sociais sem golpear duramente os interesses das 14 famílias que controlam a economia salvadoreña, oligarquia petrificada que dá as cartas no jogo do poder político? Como democratizar o país, se as eleições foram feitas com acordo prévio que obriga o eleito a não "interferir nos assuntos militares"? Vale dizer: Duarte pode reverter sobre a ineficácia da violência para combater a guerrilha e "preferir" o método do "diálogo", entretanto nada deve fazer de concreto que diminua o poder militar ou atinja os esquadrões da morte, cerne da repressão política que já massacrara mais de 40 mil civis em menos de 5 anos. A conclusão mais lógica que se pode tirar é que, em essência, nada mudará.

O imperialismo norte-americano,



Repressão fascista durante o segundo turno das eleições em El Salvador

na pessoa de seu chefe, o presidente Ronald Reagan, saudou entusiasticamente a unção de Duarte ao poder como a "vitória da democracia em El Salvador", como a abertura de caminho para "solucionar o problema da América Central".

REAGAN GOSTOU DA FARSA

A eleição de Duarte serve para Reagan como um pretexto para justificar perante a opinião pública norte-americana e escalada de sua presença militar como um meio de "defesa" da "democracia". Daí porque, mesmo antes da divulgação dos resultados oficiais, Reagan fez patético pronunciamento público e

se apressou a oferecer a El Salvador uma "ajuda econômica e militar de mais de 1 bilhão de dólares para os próximos cinco anos, conforme recomendação feita pela famigerada Comissão Kissinger.

Revelando que no exercício da Presidência da República será um dócil instrumento de Washington, José Napoleón Duarte declarou que "a ajuda econômica e militar dos EUA é indispensável para pacificar o país e promover a democracia". Já foi anunciada uma viagem de Duarte a Washington para antes de sua posse, a fim de tratar da obtenção de 400 milhões de dólares para este ano. (JRC)

Imperialismo aperta o cerco à Nicarágua

A derrubada de um helicóptero da Força Aérea hondurenha, dia 8, dentro do território nicaraguense pela artilharia sandinista aumentou inesperadamente a tensão na área. No momento, tropas dos Estados Unidos, Honduras, El Salvador e Guatemala participam da operação "Granadero 1" em território hondurenho e poderão se aproveitar do incidente fronteiriço para desfechar um ataque aberto à Nicarágua.

A Nicarágua está enfrentando heroicamente uma agressão imperialista por terra, mar e ar. Os Estados Unidos transformaram Honduras num acampamento militar para dar apoio logístico às tropas mercenárias da FDN e organizar o bloqueio naval ao país de Sandino. A partir de 23 de fevereiro, o governo norte-americano iniciou a chamada "guerra dos portos", colocando minas nos principais portos.

O governo do presidente Reagan pretende apertar ainda mais o cerco ao regime sandinista. Na semana passada, o secretário de Estado, George Shultz, afirmou aos empresários norte-americanos que é necessário formar "um escudo militar" na América Central para resolver os problemas da região. Para ele, derrubar o governo nicaraguense faz parte desta solução. Mas os intentos americanos não serão fáceis, pois o regime sandinista tem o apoio do povo de seu país e a solidariedade internacional (veja box ao lado).

São Paulo presta homenagem a Sandino

Na Nicarágua, o 4 de Maio é o dia da Dignidade Nacional, data em que Augusto César Sandino iniciou a guerrilha contra as tropas invasoras norte-americanas, em 1926. Este ano, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e o Centro Cultural São Paulo convidaram o embaixador da Nicarágua para falar sobre esta ocasião histórica e a realidade atual daquele país.

Cerca de 200 pessoas estiveram presentes para ouvir o embaixador e dar seu apoio à luta patriótica dos nicaraguenses. Logo após a palestra, João Amazonas, falando em nome da Comissão Nacional pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, reafirmou que "nós, comunistas, daremos todo apoio e solidariedade à luta heróica do povo nicaraguense contra este inimigo comum, o imperialismo norte-americano".

TRÊS ANOS DE GUERRA

Ernesto Gutierrez iniciou a palestra lendo uma carta na qual Sandino explicava por que se levantava em armas contra os ocupantes de sua pátria. O general de



O embaixador Gutierrez (foto menor) fala no Centro Cultural.

homens livres terminava sua manifestação com um grito de combate: "O meu peito e o de meus soldados formarão uma muralha onde virão se chocar os batalhões dos inimigos da Nicarágua".

"E após 50 anos da morte de Sandino, o inimigo é o mesmo — afirmou o embaixador Gutierrez. Estamos de novo enfrentando o imperialismo dos Estados Unidos. Temos três anos de guerra contra

a administração Reagan. Uma guerra suja. Uma guerra que utiliza os genocidas de nosso povo, os guardas somozistas". E terminou ressaltando: "Essa guerra vamos continuar até o último homem. E esperamos que o mundo inteiro, que já nos deu apoio político e moral quando precisamos, vá nos apoiar agora também contra esta agressão dos Estados Unidos".

URSS fora das Olimpíadas

A União Soviética anunciou dia 8 que seus atletas não participarão dos Jogos Olímpicos que serão realizados em Los Angeles, EUA, em julho e agosto deste ano. A decisão tomada pela unanimidade dos membros do Comitê Olímpico Nacional da URSS tem claramente um sentido político de represália ao boicote norte-americano às olimpíadas de Moscou, em 1980. Este fato se dá dentro do quadro de crescente agravamento do confronto entre as duas superpotências.

Os sintomas de que a União Soviética não participaria das olimpíadas nos Estados Unidos vêm desde abril, quando o Comitê Soviético denunciou oficialmente ao Comitê Organizador de Los Angeles a falta de segurança para seus atletas. A URSS apresentou uma série de outros motivos para explicar o seu

boicote, desde uma suposta violação da Carta Olímpica pelos EUA até a articulação de uma campanha anti-soviética. O presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) deverá tentar convencer os soviéticos a mudarem de idéia. Missão bastante difícil, pois a raiz do problema é político e não esportivo. Tudo leva a crer que os demais países do leste europeu deverão acompanhar a URSS no boicote olímpico.

Não é a primeira vez que medidas políticas afetam os jogos olímpicos. Mas nos últimos anos as represálias políticas têm atingido proporções maiores na medida em que aumenta o confronto leste-oeste. Segundo um antigo desportista paulista, "se for mantida esta decisão, esta olimpíada será o mesmo fracasso que foi Moscou-80".

Alta dos juros desmascara a demagogia dos banqueiros

Terminou no dia 9 de maio uma importante reunião da cúpula financeira mundial. Assustados com a grave crise da dívida externa dos países pobres, os bancos centrais, autoridades monetárias e bancos privados de quase todo o mundo capitalista — com exceção da esfera russa — debateram teses, sem permitir a participação da imprensa. Como sempre o palavrório que vazou para os jornalistas foi um e as atitudes foram outras. Demonstrando que em nada mudarão seu esquema de arrocho dos pobres, a taxa de juros foi elevada em 0,5% durante a realização da reunião.

Nos últimos 50 dias as taxas de juros no mercado financeiro subiram 1,5%, chegando a 12,5% no caso dos bancos americanos. O aumento de 0,5% registrado na se-

mana passada, representa, numa penada, um aumento de 10 bilhões de dólares nos juros da dívida dos pobres. Só no caso do Brasil, os últimos aumentos dos juros representam uma sobrecarga na dívida superior a 1 bilhão de dólares, ameaçando engolir os superávits da balança comercial, que tanto sacrificios têm custado ao nosso povo.

Entre as propostas citadas na reunião dos banqueiros algumas denotam a sensação do perigo que o sistema financeiro está vivendo. Por exemplo, a idéia de adiamento do pagamento dos juros, para determinados tipos de dívida. Outra, que foi levantada por bancos centrais europeus, a limitação das taxas para os pobres. Tudo só para salvar o sistema financeiro. O fato mesmo é o aumento das taxas de juros.

Leia a revista Princípios

O nº 8 sai na próxima semana

Neste número:

O Trotskismo — corrente política contra-revolucionária: artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores.

O marxismo — doutrina sempre jovem e imortal: artigo de um dirigente do Partido do Trabalho da Albânia sobre a atualidade e a força das idéias de Marx.

O papel social de arte progressista: informe do eminente pensador e teórico marxista-leninista, Andrei Zhdanov, companheiro de Stálin, no curso de um amplo debate desenvolvido na União Soviética, no imediato pós-guerra, sobre o papel social da arte.

O freudismo e os "freud-marxistas": artigo publicado pela primeira vez em 1931 na União Soviética no qual são criticadas as opiniões daqueles que buscam em vão estabelecer pontos de convergência entre o materialismo filosófico marxista e a doutrina idealista de Freud.

E mais:

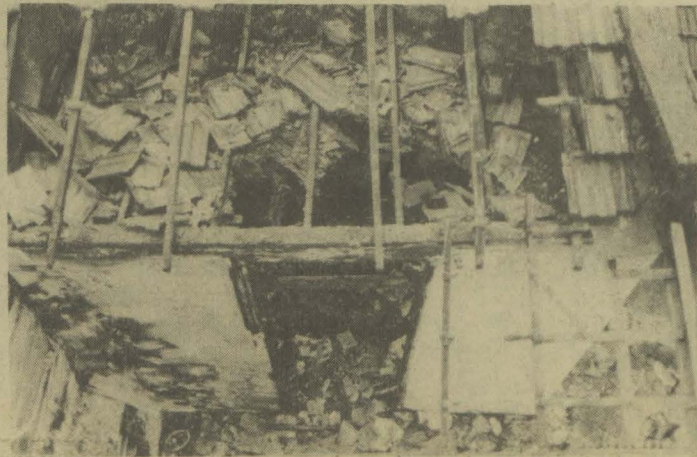
Em defesa da liberdade: discurso histórico de Maurício Grabois contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

A atualidade de "Materialismo e Empirio-crítico": artigo de Olival Freire Jr.

Os quilombos de Salvador: nota histórica de autoria de Manoel S. Santos Neto.

Pedidos à **Editora Anita Garibaldi Ltda.**
Rua Adoniran Barbosa, 53. CEP. 01318 — São Paulo, SP.

Enviar cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00 (por exemplar). A assinatura, que dá direito a receber 4 números, custa Cr\$ 8.000,00.



Ajude a Tribuna Operária

Trabalhador.
Democrata.

Responda ao ataque dos fascistas à Tribuna Operária.

Faça uma assinatura do jornal. Se não puder fazer a assinatura de reconstrução, faça uma assinatura simples. Precisamos de apoio político e material.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

☐ Assinatura de Reconstrução: Cr\$ 30 mil

- ☐ Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 20.000,00
☐ Anual comum (52 edições) Cr\$ 10.400,00
☐ Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 9.000,00
☐ Semestral comum (26 edições) Cr\$ 4.500,00
☐ Anual no exterior US\$ 70,00

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP:

Profissão: Data:

DM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O Comitê Suprapartidário marcou Dia Nacional pelas Diretas-Já em 25 de maio

Comitê quer retomada das mobilizações populares pró-diretas

Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas definiu o próximo dia 25 como data nacional das manifestações pelas diretas-já. A decisão foi adotada na reunião do Comitê no último dia 9, quando foi reafirmada "posição indeclinável de compromisso com a luta popular pelas diretas-já, reivindicação que a comunidade nacional considera inegociável".

O Comitê Nacional decidiu, também, recomendar aos Comitês Regionais que prossigam suas atividades "com idêntico e permanente espírito de luta". Tais posicionamentos são importantes espaços para a conquista imediata das eleições diretas, na medida em que reforçam a mobilização popular, deixando claro que as **diretas-já** são inegociáveis.

PTB NÃO COMPARECEU

A reunião do Comitê Nacional não contou com a participação nem do PTB e nem do grupo Pró-Diretas do PDS. Embora o PTB não tenha feito nenhuma comunicação formal, sua saída do Comitê é tida como praticamente certa. Já o Grupo Pró-Diretas do PDS garante que continua no Comitê, não tendo comparecido à reunião porque na mesma hora seus membros davam os retoques finais no substitutivo que será apresentado à emenda do governo em conjunto com os partidos de oposição.

O substitutivo mantém as **diretas-já** e institui eleições diretas para prefeitos das capitais, estâncias mineraias e municípios considerados de "segurança nacional" ainda este ano. Mas também envereda por um emaranhado de questões, buscando responder aos inúmeros itens da emenda do general Figueiredo.

Com isso, o Comitê Nacional Suprapartidário manifestou sua preocupação com o andamento da luta pelas **diretas-já** no Congresso, principalmente em dois aspectos: o elevado número de subemendas apresentadas à proposta Figueiredo que, segundo o deputado Ulysses Guimarães, pode atrasar a tramitação da emenda e desviar a atenção das **diretas-já**; e a indefinição sobre a possível data de votação da nova emenda pelo Congresso. (da sucursal)

A chama da campanha está viva

Prosseguem as manifestações pelas **diretas-já**. Em Fortaleza, três entidades médicas promoveram estrondosa homenagem aos oito deputados cearenses que votaram nas diretas. Os parlamentares reafirmaram suas posições **pró-diretas-já**. Foi distribuída uma relação dos deputados que se ausentaram ou votaram contra as diretas. Os homenageados foram saudados pelo médico Paulo Rodrigues, ex-presidente do Centro Médico.

Em Sobral, interior do Estado, o deputado Carlos Virgílio, **pró-indiretas**, foi estrepitosamente vaiado num concurso de Miss, enquanto o deputado Paulo Lustosa, do PDS, mas **pró-diretas**, foi aplaudido.

A Câmara de Fortaleza aprovou requerimento do vereador Samuel Braga, PMDB, considerando "persona non grata" os parlamentares que não votaram nas **diretas-já**, e voto de regozijo aos favoráveis à emenda Dante de Oliveira. Cerca de 200 estudantes, liderados pelo DCE da Universidade Federal, fizeram, após uma paródia, um desfile/féretro com o caixão do Colégio Eleitoral e dos deputados **pró-indiretas**. No dia 15 de maio o Centro Popular da Mulher e a União das Mulheres Cearenses promoverão o Dia das Mulheres Pelas Diretas, com shows, música.

Em Goiás a Conclat local está distribuindo milhares de panfletos denunciando os parlamentares que votaram contra as diretas. O Comitê Suprapartidário Pró-Diretas goiano convocou para o dia 11 manifestação que inclui um buzinaço e um pênalti pelas diretas, e vai instalar no local onde estava o Painel das Diretas um novo painel, com charges dos deputados **pró-indiretas**.

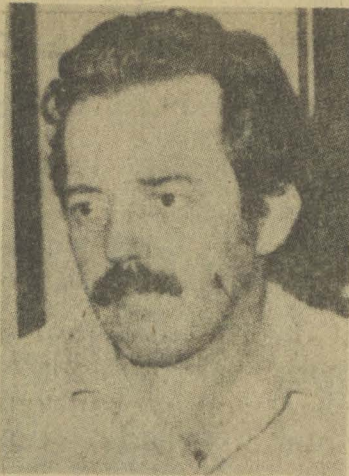
Em São Paulo sairá da Câmara Municipal, dia 11, o enterro do Colégio Eleitoral e dos parlamentares **pró-indiretas**. (das sucursais)

Na semana passada a briga pela sucessão entre os candidatos indiretos à Presidência da República ganhou uma novidade: o ministro Andreazza ostentava a declaração de apoio do governador de Sergipe, João Alves, até então "indeciso" no leilão de votos para a convenção do PDS. Segundo denúncias do próprio PDS, o voto foi comprado a preço de ouro.

A manobra foi denunciada na Assembléia Legislativa alagoana pelo deputado Moacir Andrade (PMDB) que revelou quanto iria custar para o povo este voto: mais de 10 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, valor de 900 casas que a empresa do governador de Sergipe "Habitacional Construções Ltda" venderá ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas, com financiamento do BNH, com a concorrência de Andreazza. A Habitacional é a maior empresa do ramo imobiliário em Alagoas, mas sua sede é em Sergipe.

A NEGOCIATA

No dia 20 de março último o IPASE-AL publicava um "edito de convocação empresarial nº 01/84", chamando as empresas habitadas a apresentarem propostas para venda ao Instituto de "empreendimentos habitacionais a executar ou em execução", estipulando características e condições precisas e minuciosas. Uma rápida investigação bastou para evidenciar que só a "Habitacional Ltda" teria condições de atender às exigências. Por exemplo: um dos lotes que o IPASE-



Deputado Moacir Andrade



Conjunto da "Habitacional", do governador sergipano, negociado com Andreazza

AL pretendia comprar teria que ser composto de 500 unidades residenciais, com a condição de que se localizasse no bairro do Tabuleiro dos Martins, às margens da rodovia MAC-102, e que constassem de unidades de 2 quartos. Por "coincidência" ali está o conjunto "Colina dos Eucaliptos", inacabado e encalhado, cuja proprietária é a Habitacional...

Outro item do edital citava 400 unidades, que teriam de ser no bairro da Jatiuca, com a condição de que tivessem 3 quartos e ficassem nas imediações do conjunto Santo Eduardo — justamente onde a Habitacional tem terreno preparado para a construção de 400 unidades de 3 quartos. É o "empreendimento a executar" estipulado no edital. Ou seja, o edital era dirigido de encomenda para favorecer a empresa do governador, que concorreu sozinho e, claro, ganhou a concorrência.

AS DENÚNCIAS

Na imprensa de Sergipe, onde o governo do Estado controla tudo, as notícias sobre o escândalo eram esparsas e discretas, sem citar nomes mas deixando todas as evidências. A primeira revelação foi do deputado Luiz Machado, do PDS, que declarou ao "Jornal de Sergipe" que o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, "foi incumbido de vencer os convencionais ser-

gipanos a votarem no ministro Mário Andreazza". Disse também que Suruagy "trocou o apoio a Andreazza por recursos para a construção de conjuntos habitacionais". Já o deputado Walter Cardoso, também do PDS, avisava pelo mesmo jornal: "Não devemos nos deixar levar pelo canto de sereia do ministro Andreazza, que vem trocando o apoio dos convencionais por favores do ministério do Interior". Este mesmo deputado revelou que "há meses Andreazza retirou estrategicamente municípios sergipanos da área da seca da emergência, para cobrar apoio a sua candidatura".

Segundo as discretas notícias da imprensa sergipana tudo ficou decidido num almoço no restaurante Hotel Palace, em Aracaju, onde João Alves apresentou suas condições para apoiar Andreazza.

O ESCÂNDALO

O escândalo estourou quando o deputado Moacir Andrade, do PMDB de Alagoas, denunciou na Assembléia Legislativa a tramóia toda. O deputado Eduardo Bonfim apoiou a denúncia de Andrade e comentou que este escândalo de corrupção é mais uma prova de que o povo só pode repudiar a desesperada tentativa do regime de nomear mais um presidente pelo Colégio Eleitoral.

O caso chocou a opinião pública dos dois Estados e

pôs em polvorosa os dois governadores. Matérias pagas choveram na imprensa alagoana taxando de "intri-gas" as denúncias e, como sempre, exigindo provas. O governador de Sergipe chegou a alegar que não existe em seu Estado nenhum jornal com o nome de "Tribuna de Aracaju", citado nas denúncias. No dia seguinte Moacir Andrade exibiu todas as evidências na Assembléia, inclusive um exemplar da "Tribuna de Aracaju" que circula há 14 anos e cujo proprietário é o prefeito de Aracaju, Heráclito Rollemberg (PDS) nomeado pelo próprio governador João Alves... Moacir Andrade fez questão de frisar que "exigir provas documentais é inócuo, porque quem faz essas coisas não passa recibo. O que existe de fato são evidências claras e fartas que demonstram que houve ingerência político-partidária num negócio que envolve volumosos recursos públicos e cuja beneficiária é a empresa do governador de Sergipe, o mesmo que logo após a consumação do negócio passou a apoiar a candidatura do ministro Andreazza, financiador da operação". E concluiu: "Agora a opinião pública sabe melhor o risco que representam candidatos biônicos como Maluf e Andreazza, que sustentam suas candidaturas na corrupção".

(da sucursal)

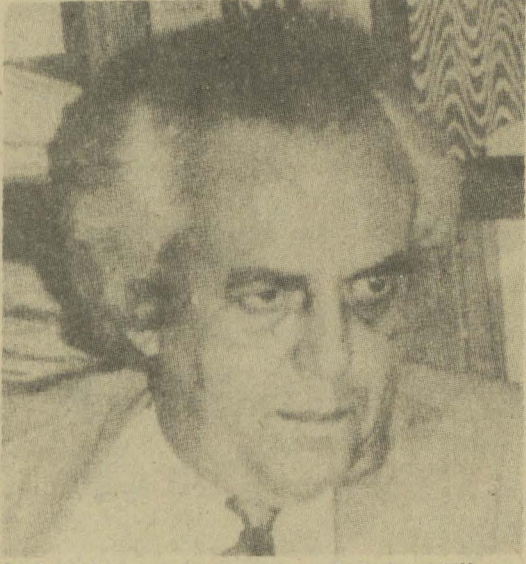
Jarbas Vasconcelos quer opiniões sobre a emenda Figueiredo

A instalação da Comissão Mista que examinará a proposta de governo jogando as eleições diretas para o longínquo 1988, ocorreu num clima bastante tenso. O PDS tentou vetar o nome do deputado Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para a presidência da Comissão, alegando que ele é "radical". O episódio comprovou que, apesar do discurso defendendo a "conciliação" e a "negociação", o governo quer impor sua vontade goela abaixo da nação e do Congresso.

FACILITAR MANOBRAS

O objetivo do veto era impedir que a oposição presidisse a Comissão, facilitando assim as manobras para tolher a apreciação das propostas do governo, e transformando a Comissão Mista num mero órgão homologador das decisões baixadas pelo Planalto. No entanto a oposição para romper o impasse, firmou um acordo com a liderança do PDS através do qual foi aceito o nome do deputado Jarbas Vasconcelos.

Pelo acordo, a Comissão ouvirá apenas dois depoimentos: do jurista Miguel Reale e do presidente da OAB, Mário Sérgio Buarque Garcia. Mas estas limitações poderão ser contornadas. Segundo o líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, o presidente da Comissão "poderá deslocar-se para ouvir os representantes da sociedade civil, e sua presença à frente da Comissão significa um permanente poder de fiscalização dos seus trabalhos". O próprio Jarbas Vasconcelos já anunciou que "dentro de uma escala de prioridade estabelecida em função do tempo disponível para o



Jarbas: "pretendo ouvir a sociedade civil"

nosso trabalho, pretendo ouvir o maior número possível daqueles que nos procurarem".

VOTAÇÃO EM JUNHO

O prazo final para a conclusão dos trabalhos da comissão e apresentação do relatório é dia 24 de maio, podendo ser prorrogado por mais 30 dias a pedido do relator. Devido ao grande número de subemendas que estão sendo apresentadas, prevê-se que o relator, senador biônico Aderbal Jurema, solicitará realmente a prorrogação do prazo para dar o seu parecer. Se isto ocorrer, só no final de junho é que a emenda estará em condições de ser apreciada pelo plenário. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

Oposições prometem: "Não enrolaremos a nossa bandeira"

Ulysses Guimarães recebe em São Paulo o título de "Senhor Eleições Diretas", condenando os que tomam "por capitulacionismo". Um dia depois Franco Montoro lança manifesto por "eleições diretas-já, candidato único das oposições e programa básico". São sinais do repúdio oposicionista à manobra do Planalto para impor a emenda Figueiredo com diretas só em 88.

A homenagem a Ulysses teve considerável peso político. Compareceram 353 prefeitos, 10 secretários de Estado, líderes de entidades civis e sindicatos, parlamentares e dirigentes do PMDB, PT, PDT, PTB e até parcelas do PDS, como o prefeito de Pardinho, Francisco Rocha, que entregou a placa comemorativa ao "Senhor Eleições Diretas". Seu sentido, evidente e ostensivo, foi reafirmar que com as diretas-já não se pode negociar.

Almino Affonso, falando pelos secretários de Estado, proclamou que "para que não enrolamos a bandeira, a continuidade da luta pelas diretas é um ponto de honra". E pôs ênfase na mobilização popular: "Ninguém logrará alguma coisa numa mesa de negociações sem que o povo na rua dê força". O vice-governador Orestes Quêrcia, líder da Frente Municipalista, rechaçou como "uma traição" qualquer "conhecimento com esse regime, com essa gente que entregou o país

ao Fundo Monetário e ao capital estrangeiro". Mário Covas assinalou que "não se transige com a vontade do povo". Da mesma Francisco Weffort, secretário geral do PT, que aparenta ter feito retificações na sua linha, declarou: "Nos sentimos honrados de nos juntarmos ao PMDB, ao PTB, ao PDT, e sobretudo de dirigirmos nossa homenagem ao deputado Ulysses Guimarães".

O homenageado falou por último e, sem citar nomes, dirigiu severas críticas aos que buscam negociar as diretas-já com o governo. "Os líderes — disse — podem tomar de duas maneiras. Podem cair com glória, na liça política. Podem até ser eliminados fisicamente. Mas os líderes podem tomar [por capitulacionismo, tomar por covardia, tomar por medo]".

Chamou atenção de muitos a ausência do governador Franco Montoro na homenagem do dia 7 a Ulysses, mas no dia seguinte o manifesto do chefe do Exe-



Ulysses recebe a placa homenageando o "senhor diretas"

cutivo paulista indicava que também ele não se inclina a entrar em entendimento com o Planalto às custas da luta pelas diretas-já.

O DOCUMENTO MONTORO

Depois de sublinhar as "graves responsabilidades" de São Paulo, "que, como governador, tenho o dever de assumir", Franco Montoro fixa sua posição em três pontos: "Primeiro, precisamos lutar em todos os planos, especialmente no político e no popular, pela aprovação das eleições diretas-já. O sucessor do presidente Figueiredo deve ser

eleito pelo povo brasileiro. Segundo, devemos trabalhar para que o PMDB e os demais partidos de oposição apresentem um candidato competitivo e único para a Presidência da República. Terceiro, esse candidato deverá estar comprometido com um programa básico, cujos pontos fundamentais se identifiquem com as grandes reivindicações nacionais".

Na quarta-feira, o governador Leonel Brizola também reafirmou a luta pelas diretas-já e endossava a ideia de uma candidatura única das oposições.

Opinião dos comunistas

Mobilização popular e democrática para vencer as forças reacionárias

Documento distribuído à imprensa.

Com a votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional que não conseguiu reunir 2/3 dos votantes para a sua aprovação, completou-se mais uma etapa de luta contra o regime militar. Os comunistas do PC do Brasil examinam o novo quadro da situação política daí decorrente e opinam sobre o caminho a seguir.

1 A campanha pelas diretas-já constitui um dos acontecimentos marcantes da história do país. Reuniu em praça pública milhões de brasileiros em manifestações gigantescas de oposição ao continuísmo. Cerca de 95% da população aderiu à idéia de eleger diretamente e agora o sucessor do general Figueiredo. Em poucos meses de campanha generalizou-se — não só nas grandes cidades mas em todos os recantos da pátria — o sentimento de condenação ao atual regime e de exigência de um novo sistema democrático a ser posto em prática sem mais tardança. Embora não tenha ainda alcançado sua finalidade, a campanha obteve êxitos consideráveis. A participação maciça do povo nas ruas, em comícios e passeatas, mudou o cenário político. Cresceu o nível de consciência das massas, acentuou-se o anseio de unidade das forças populares e democráticas. O governo, desacreditado e desmoralizado, revelou-se minoritário, sem condições de prosseguir à frente da Administração federal. Tornou-se evidente que a nação não quer nem admite a continuação do regime dos generais. Esta a característica principal da presente situação.

2 O governo de Figueiredo, mesmo evitando a aprovação da emenda Dante de Oliveira, saiu derrotado da batalha travada no Congresso. Mal conseguiu agrupar entre os 479 membros da Câmara dos Deputados 180 seguidores de sua orientação. Viu-se obrigado a aceitar a tese das eleições diretas, postergando-as porém para 1988. Desmascarou-se com a decretação das medidas de emergência em Brasília e Goiás, com a violência empregada contra o povo, a imprensa e até deputados no exercício de seus mandatos, com os atos vergonhosos proibindo a transmissão pelo rádio e TV da votação daquela emenda. Esse procedimento testemunha que o governo não se dispõe a fazer sequer concessões democráticas, aferra-se ao autoritarismo, à defesa dos interesses da oligarquia reacionária, entreguista e corrupta, que ocupa o poder. Não obstante as dificuldades que o cercam, o gen. Figueiredo esforça-se por reassumir o comando das forças dispersas em que se apóia.

Governo não quer aceitar o fato do fim do regime

3 A emenda constitucional enviada pelo Planalto ao Congresso e apresentada como base para um acordo nacional não faz modificações essenciais na Carta outorgada por uma Junta Militar em 1969. Se bem que corrija certos aspectos negativos não fundamentais dessa Carta, mantém o seu caráter antidemocrático, reacionário. Não toca nos dispositivos que configuram a introdução do Ato Institucional nº 5 na Constituição, como o estado de emergência, instrumentos de arbítrio já aplicados por duas vezes e que resultaram em pressões e violências contra o povo e o Poder Legislativo. Tampouco altera o inciso que dá ao Conselho de Segurança Nacional, sob o controle dos militares, atribuições de “estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional”. Toda a estrutura restritiva das liberdades públicas, dos direitos de livre organização e de manifestação do pen-



São Paulo, 16 de abril, comício de 1,5 milhão: “A nação não admite a continuação do regime”

samento, de julgamento de civis pela Justiça Militar é conservada. Um dos propósitos do governo ao enviar essa emenda ao Congresso, na qual defende o Colégio Eleitoral para a eleição do sucessor de Figueiredo, é tentar esvaziar a luta por uma Assembleia Constituinte que se impõe urgentemente. Ele quer dar a impressão que estaria aperfeiçoando a democracia no Brasil.

4 Após os embates de 25 de abril, o tom que se procura imprimir ao processo político em curso é o da negociação. Argumenta-se que não haveria outra saída para a situação atual, pois nem o governo reúne elementos suficientes para impor seus pontos de vista, nem os opositores contariam com a maioria necessária de 2/3 no Congresso. Diz-se que a recusa da oposição ao “entendimento” poderia determinar um retrocesso político. A correlação de forças, porém, não justifica esse prognóstico. O regime militar acha-se em decomposição, já não pode manter-se por muito tempo sem o risco de enfrentar graves comoções sociais, enquanto as correntes democráticas e populares têm do seu lado o forte impulso do movimento de massas. A negociação tal como a entendem os círculos militares outra coisa não é que a tentativa de frear a marcha do povo brasileiro em busca de um futuro melhor para o Brasil, de sustentar o arcabouço reacionário do regime antinacional e antipopular, de ganhar tempo para recompor suas fileiras em desagregação. O governo não está disposto a aceitar o fato indiscutível de que o regime militar chegou ao fim e se torna imprescindível passar à sociedade civil o comando da saída política para a presente situação, o que

significa, antes de mais nada, admitir sem restrições as eleições diretas imediatas. A negociação está colocada em termos de que a luta se transfira para o âmbito do Congresso, entre as cúpulas partidárias, e em estreita ligação com o Planalto; o movimento popular deveria cessar, os comícios e manifestações públicas já não teriam razão de ser, uma vez que acarretariam radicalismos.

A saída menos conflitante hoje é diretas-já

Mas o povo na rua reclamando **diretas-já** é, precisamente, a marca da democracia nascente. Foi o povo que abriu espaço no quadro político, que determinou a modificação substancial da correlação de forças. É um movimento que apenas se inicia, incontível porque exprime a vontade soberana da nação. O papel que representa para o avanço de um regime democrático não pode ser substituído pelos conchavos de bastidores. A negociação relaciona-se também com a intenção do governo de dividir as forças opositoras. Acenando com a possibilidade de satisfazer ambições pessoais de certas personalidades políticas ou interesses de grupos regionais, o Planalto tenta abrir brecha na unidade das correntes que sustentam a campanha pelas **diretas-já**; estimula os setores ditos moderados, os que pretendem tão somente obter concessões do governo e alargar a chamada abertura patrocinada por Figueiredo. Aqueles que adotam tal posição divorciam-se do povo que reclama ampla unidade de todas as forças efetivamente democráticas com vista à liqui-

dação do regime autoritário. Não se pode negociar a vontade expressa da nação, patenteada nas maiores manifestações já realizadas no Brasil em prol de eleições imediatas para a Presidência da República. O governo quer negociar manietando o povo, impedindo-o de se pronunciar em praça pública, empregando o terrorismo contra a população e seus órgãos representativos. São inaceitáveis as propostas de Figueiredo e seus parceiros. O governo de quatro anos que propõem, saído de um Colégio Eleitoral falsificado e indecoroso, não corresponde às aspirações nacionais, é um engodo. O Brasil exige medidas urgentes para fazer frente à grave crise que atravessa e o primeiro passo é extinguir definitivamente o regime militar com a eleição direta para presidente da República, com a garantia das liberdades e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

5 Qualquer entendimento que seja necessário efetuar-se, não poderá realizar-se às escondidas, sem a participação do povo, de suas entidades mais representativas, das distintas correntes da opinião pública. E seu objetivo terá de ser a superação da crise político-institucional através da saída democrática. As eleições **diretas-já** são, nas circunstâncias atuais, o meio menos conflitante, menos doloroso, menos desgastante para solucionar o impasse político que o país defronta. Com referência ao tipo de governo que possa emergir dos debates políticos, não se pode excluir a possibilidade de um governo de transição que não pode ser entendido como de compromisso com o regime militar. Ao contrário, só poderá ser um governo de ruptura com tal re-

gime. De curta duração e aprovado pelas massas, sua função principal seria estabelecer o clima de amplas liberdades, de liquidação dos casuísmos e leis arbitrárias, de convocação da Constituinte, de aplicação de um plano de emergência para atender os problemas cruciantes do país e das grandes massas da população. Um governo que preparasse as condições, com a livre manifestação e organização do povo, tendentes à formulação de um novo regime para o país.

6 Os trabalhadores, os democratas e patriotas estão atentos à questão das candidaturas à Presidência da República. Justifica-se a apresentação de um candidato único das oposições. Mas esse candidato precisará contar com a confiança das massas. Sua escolha deverá realizar-se em convenção nacional que reúna os diversos setores oposicionistas, inclusive os representantes das entidades sociais de maior expressão, bem como os partidos de influência popular ainda não reconhecidos oficialmente.

Só o povo na rua poderá alcançar a democracia

7 O fator fundamental para vencer a resistência das forças reacionárias e alcançar efetivas conquistas democráticas é a mobilização popular em ampla escala, tendo por base a unidade das correntes e setores que a integram. O governo dos generais não cederá facilmente, recorrerá, como a experiência vem demonstrando, a medidas coercitivas contra a maioria da nação na esperança de, assim, manter as posições de mando. Somente o povo na rua, a ação vigorosa das massas na defesa de seus direitos, respaldados pela atuação de seus representantes no Congresso, Assembleias e Câmaras Municipais, e também por governadores e prefeitos de postura democrática, serão capazes de derrotar a reação e a intransigência dos militares. O povo tem todo o direito de se manifestar publicamente. De exigir a satisfação de seus anseios. A radicalização do movimento popular não surge por si mesma. Os enfrentamentos são inevitáveis na medida em que o governo procura tolher abusivamente a luta legítima das massas. Vigilante contra a atividade de provocadores a serviço dos órgãos repressivos, o movimento democrático, sem precipitações injustificáveis, precisa recorrer às mais diversas formas de combate, entre as quais as demonstrações de grande envergadura que provocam ser eficiente instrumentos de ação política.

8 A luta em que se empenha a maioria da nação não se limita a eleições diretas-já. Estas constituem importante passo na caminhada democrática visando à solução dos problemas nacionais. Extremamente grave é a situação brasileira. A crise aprofunda-se, o nível de vida da população cai continuamente, o desemprego, a fome e a miséria estendem-se por toda a parte. O Brasil continua espoliado brutalmente pelos banqueiros internacionais, paga dívidas e juros de dívidas pesadíssimos que trazem dificuldades imensas a todos os brasileiros. O país necessita de um novo governo, de um governo de conteúdo democrático e popular que assegure a liberdade, e crie condições às mudanças profundas que o povo reclama. O Partido Comunista do Brasil considera que a situação atual não pode perdurar, causa danos e sofrimentos incalculáveis à nação. Pugna por soluções democráticas imediatas, ergue a bandeira da libertação nacional, da reforma agrária radical, de um regime de democracia popular rumo ao socialismo.



Escravo: menos açoite resolve?

Abolição da escravatura foi fruto de campanha

Para quem participa hoje da campanha por eleições diretas-já, vale a pena conhecer a rica experiência de nossos bisavós há cem anos, durante a Campanha Abolicionista. Ela demonstra que a emancipação dos escravos em 13 de maio de 1888 não foi fruto do bom coração da princesa Isabel, mas da luta incansável de milhares de brasileiros, cativos e libertos.

Os abolicionistas tiveram o mérito do pioneirismo. Fizeram a primeira campanha nacional de massas da história de nosso povo. Inauguraram esta forma específica e avançada de luta política, que tem seu ponto alto hoje com as multidões que tomam as ruas pelas diretas-já.

A luta contra a escravidão já tinha mais de três séculos quando eclodiu a Campanha propriamente dita, nos anos 80 do século passado, ao se criarem as condições históricas para sua vitória. Na época o cativeiro já agonizava frente ao trabalho “livre”. O próprio Império latifundiário-escravista fazia leis ditas humanitárias como a que reduziu o número de açoites que o senhor podia aplicar num negro. Em 1871, a *Lei do Ventre Livre* emancipou os filhos de escravas, com a condição de que servissem gratuitamente aos senhores até os 21 anos de idade — o que significava que nenhum deles chegou a beneficiar-se com a suposta concessão.

Mas a poderosa classe dos donos de escravos, em especial os fazendeiros de café, resistia ferrenhamente à abolição, em nome do “direito à propriedade”. E tinha maioria no Parlamento, taxando o movimento abolicionista de “comunista”.

Para vencer essa reação obstinada, criou-se uma vasta frente pela abolição. Ao final, os escravistas estavam virtualmente isolados. Os textos escolares não contam, mas no 13 de Maio, quando a princesa Isabel assinou a Lei recém-aprovada no Parlamento, havia uma multidão de abolicionistas concentrada do lado de fora do Palácio Imperial.

Como toda frente ampla, aquela comportava unidade e também luta. Em linhas gerais, possuía duas alas: a moderada e a radical.

O grande representante dos moderados, seu porta-voz mais brilhante, foi Joaquim Nabuco, filho de uma rica família de latifundiários pernambucanos. Queria uma abolição feita pela “lei”, no “Parlamento”, não em “quilombos” ou nas “ruas e praças públicas”. Repugnava-lhe incentivar a rebeldia dos próprios cativos e, até 1885, propunha não a abolição imediata mas que fosse “humanizado o código negro”.

Na ala avançada, ao lado de Silva Jardim, Antonio Bento, Raul Pompeia e outros, salientava-se o notável Luís Gama, ex-escravo, que defendia a rebelião dos cativos como um ato de legítima defesa. Também nessa corrente figurava o recém-nascido movimento operário. Os ferroviários de São Paulo, por exemplo, organizaram uma verdadeira rede para esconder e transportar escravos fugidos. Ao final, foi Joaquim Nabuco que apresentou a Lei para a princesa assinar. Mas foi a luta popular, dos homens livres e dos escravos, que criou um tal estado de insubordinação que tornava impossível qualquer tentativa de prolongar a escravatura.

Terror fascista investe contra a sede da Anistia

“É muita coincidência o atentado ocorrer logo após as declarações do ex-presidente Médici”, ironiza o advogado Luís Eduardo Greenhalgh ao relacionar o incêndio na sede da Anistia Internacional, em São Paulo, com a entrevista à TV do general Médici. Nela, o ex-presidente e cabo eleitoral de Maluf mostrou sua arrogância fascista ao justificar as torturas e prisões nos anos negros da ditadura. Greenhalgh, que acompanha o processo contra o atentado na **Tribuna Operária**, na madrugada da Páscoa, acredita que haja



Documentação da Anistia foi danificada

atualmente “uma escalada repressiva organizada por entidades policiais e paramilitares, com o intuito de calar a opinião pública”. Estas ações visam a intimidar e conter a campanha pelas diretas-já, criando um clima de instabilidade e terror.

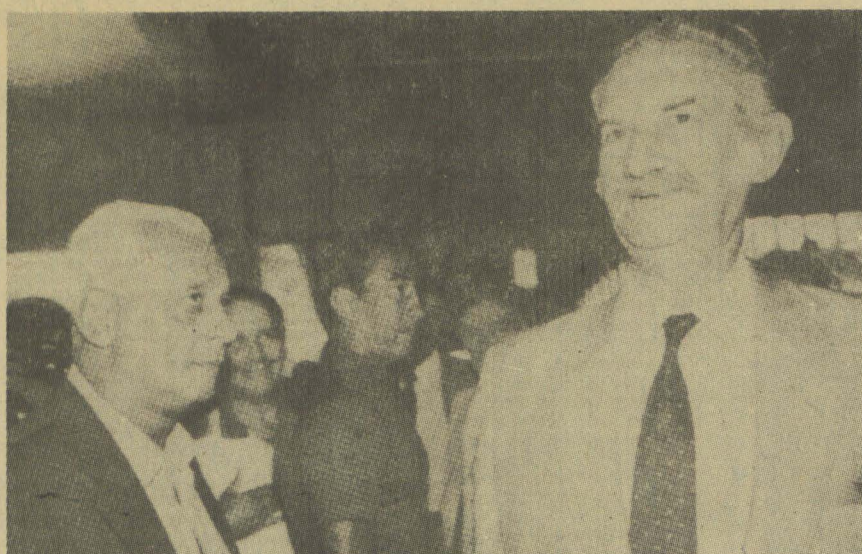
“ATENTADO ASSINADO”

O incêndio na recém-inaugurada sede da Anistia Internacional, no bairro paulista de Vila Madalena, ocorreu na madrugada do último dia 6. Prova da ação criminosa: no local foram encontrados dois focos de fogo em lugares distantes e a porta da frente arrombada. Os provocadores ainda deixaram sob uma mesa dois cartões do PT e uma carteirinha com carimbo da UNE, como forma de “assinar o atentado”.

A entidade havia programado como primeira atividade no país um ciclo de debates sobre as “torturas”, o que deve ter despertado a ira dos terroristas. Os autores desta e de outras ações criminosas são os mesmos que

mataram e torturaram centenas de brasileiros nos cárceres do regime militar, muitos deles denunciados pela Anistia Internacional. Em 1972, a entidade divulgou uma lista com o nome ou o pseudônimo de 472 civis e militares que torturavam os presos políticos nos porões do Doi-Codi, Deops etc. Também informou que 1.081 brasileiros haviam passado pelas sessões de tortura nos cinco anos anteriores.

Inúmeras entidades democráticas e populares se solidarizaram com a Anistia Internacional. Para o prefeito Mário Covas, “atentados como este demonstram bem os estereótipos de um regime antipopular”. Já o deputado Eduardo Jorge, vice-líder do PT, afirmou que “o incêndio criminoso lembra, pela sua semelhança, as ações terroristas já perpetradas em nosso país por elementos de extrema-direita contra bancas de jornais e o recente incêndio da sede do jornal **Tribuna Operária**”.



No almoço no Clube, Serpa (à direita) recusa-se cumprimentar Newton Cruz

Eleição no Clube Militar evidencia a divergência

As divergências existentes, no seio das Forças Armadas terão um ponto crítico nos próximos dias. É que em 16 de maio ocorrerão as eleições para a nova diretoria do Clube Militar, com duas chapas disputando os votos dos 15 mil associados, entre oficiais da ativa e da reserva, das três armas.

Depois de duas décadas de marasmo e subserviência cega, disputa o pleito uma chapa oposicionista, a Soberania Nacional, encabeçada pelo general Andra-da Serpa. Dissidente do atual governo, Serpa foi exonerado do cargo de chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército por ter criticado os rumos políticos do país. Mais recentemente, vinha defendendo em todos os pronunciamentos as diretas-já.

Por outro lado a chapa situacionista é encabeçada pelo atual presidente do Clube, o general Tasso de Aquino. Seu principal ponto programático é evitar que a entidade sirva como centro de discussões políticas, o que poderia “quebrar a disciplina militar e a coesão dos militares”, segundo o ex-ministro e conhecido fascista general Sívio Frota, apoiador da chapa. A situação também conta com o apoio ostensivo do ministro do Exército, Wálter Pires, que mandou imprimir no

rodapé dos contracheques dos oficiais um apelo para impedir que a “política” entrasse no Clube.

JOGO SUJO NO CLUBE

Na semana retrasada, o coronel Ary Canavó, que apoia a chapa Soberania Nacional, foi punido pelo ministro do Exército por ter divulgado à imprensa o seu contracheque com o programa eleitoral. É o jogo sujo da “gang do Planalto” não pára aí. Segundo Serpa, correspondências apócrifas têm sido enviadas aos associados, com acusações e mentiras contra sua chapa. Todas elas vêm com a etiqueta privativa do Clube, como reconheceu posteriormente o próprio Tasso, o que evidencia a trama eleitoral.

Qualquer que seja o resultado do pleito, fica clara a divisão na área militar. Segundo Serpa, “vamos vencer, mas mesmo se ficássemos com apenas 20% dos votos, seria uma grande vitória, pois esse percentual já mostraria ao governo que o apoio militar às coisas que estão aí já não é unânime”. Tão grave é a crise, que no almoço oferecido no último dia 8 pelo Clube Militar, em Brasília, Serpa recusou-se a cumprimentar o general Newton Cruz, fiel servidor do regime e executor das medidas de emergência.

Vitória dos bóias-frias de Goiás

Os trabalhadores do campo em Goiás estão sofrendo criminosa ação dos fazendeiros. Em duas situações os patrões estão tentando diminuir os pagamentos e aumentar brutalmente a exploração do trabalho.

No município de Rio Verde, os patrões tentaram rebaixar o pagamento dos bóias-frias do algodão. Queriam pagar Cr\$ 1.050,00 ao invés dos habituais Cr\$ 1.500,00. Mas não contavam com a decidida movimentação dos trabalhadores, que enfrentaram a polícia chamada pelos “gatos”, fizeram piquetes e assembleias com 1.500 participantes. O movimento, que começou dia 4 de maio, conseguiu sua vitória no dia 7, quando os patrões recuaram e se comprometeram a não rebaixar os pagamentos.

Também intensa está sendo a mobilização dos bóias-frias que trabalham na cana em todo o interior goiano. Em reunião realizada no dia 9, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás, foi elaborada uma pauta de reivindicações, da qual se destacou a luta contra uma tentativa dos patrões: aumentar a tarefa de colheita de cana de 5 linhas para 7 linhas. A unidade demonstrada na assembleia dificultará a manobra suja dos patrões.

Conta de luz dá choque no trabalhador

No dia 6 de maio, as tarifas de energia elétrica subiram 34%. No ano de 1984, os reajustes já somam 78,6%. Enquanto isso os reajustes salariais de junho ficam em 66% para os que ganham até 3 mínimos e muito menores para as outras faixas. A diferença de 12% entre os salários e as tarifas vai esmagando os trabalhadores. O número de contas de luz em atraso aumentou 20% nos últimos meses. Para muitas famílias, as contas de água e luz se aproximam de um quinto do orçamento doméstico.

As duas situações, baixa nos salários e alta das tarifas, são faces cruéis da mesma política governamental, ditada pelo FMI. Os salários, seguindo as cinco cartas de intenções assinadas com o FMI, são trucidados pelo decreto 2.065. A folha de salários das empresas incluindo todas as faixas tem de cair em torno de 10% do INPC.

Os aumentos das tarifas públicas, e em particular das concessionárias de energia elétrica, estão obrigadas a subir 5% acima do INPC. Como rezam as cartilhas do FMI e do Banco Mundial.

Tudo isso se agravou nos últimos 18 meses. Sem dólares e ameaçado de decretação de falência, o governo brasileiro obrigou as empresas de energia a fazer grandes empréstimos. O dinheiro tinha de entrar de algum modo, nem que fosse com juros extorsivos. Como sempre, quem paga o pato é o trabalhador. Nessas alturas já tem de desligar o chuveiro.

Repressão a sindicalistas em Maceió

Na noite de 30 de abril, quando iniciavam uma pintura nos muros de Maceió, saudando o 1º de Maio, foram detidos arbitrariamente os sindicalistas Lécio Moraes, presidente da Associação dos Servidores da Secretaria de Saúde; Taís Normande, vice-presidente da Associação dos Arquitetos e presidente da União de Mulheres de Maceió; Márcio Agra Júnior, vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros; e João Silva, ativista do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.

A detenção foi repudiada pelo movimento sindical e desencadeou ampla reação, atingindo a Assembleia Legislativa após discurso do deputado Eduardo Bonfim. Os detidos foram liberados e seus nomes riscados dos livros de ocorrência da delegacia.

Porém a provocação policial não terminou aí. Comprovando o caráter político do ato policial, o Deops resolveu prosseguir nas “investigações”, inclusive entregando intimações em altas horas da noite, com oficiais em camburões. A população e o movimento sindical alagado não se aterrorizam; cresce o movimento de repúdio à repressão política.



Secundaristas em passeata pelas diretas, no dia 25 de abril, em Osasco, São Paulo

Líderes falam sobre secundaristas

Entre 10 e 13 de maio, os secundaristas brasileiros realizam seu 23º Congresso, que promete ser o maior já realizado pela entidade, com mais de 2 mil delegados. A **Tribuna Operária** ouviu a respeito dois diretores da UBES, Selma Oliveira, do Departamento Feminino, e Delcimar Pires Martins, vice-presidente regional Centro-Oeste.

Tanto Selma quanto Delcimar fazem um balanço positivo da gestão que se encerra. “Gostaria de ressaltar — afirmou Delcimar — que a maior parte desta gestão se deu após as eleições de 1982, onde os estudantes estavam interessados em, junto com o povo brasileiro, debater seus problemas, se organizar de forma melhor e lutar pelos seus direitos. Isto leva a UBES a cumprir cada vez mais seu papel de canalizar a insatisfação dos estudantes, jogá-los nas ruas em grandes mobilizações unitárias e massivas como forma de resolver seus problemas”.

No aspecto organizativo, destaca Selma, várias entidades foram reconstruídas: “No último Conselho Nacional de Entidades Gerais, reunimos 51 entidades, desde o Acre até o Rio Grande do Sul. Nossa chapa, quando foi eleita em Campinas, teve o nome de ‘Construção’. E eu acho que foi isso mesmo, uma gestão de construção da entidade”.

Delcimar salienta também o papel de **Viração** neste período: “Ela teve o papel de assegurar uma firme orientação de luta para reforçar a combatividade das entidades e apontar o rumo mais correto a ser adotado, contribuindo de forma mais precisa para a luta dos estudantes”.

MUITO OTIMISMO

Selma assinala que a entidade teve um bom relacionamento com os setores democráticos, principalmente na campanha das diretas-já, da qual a UBES participa ativamente: “Isso não significa atrelamen-

to da UBES à burguesia, como consideram alguns. Acho extremamente positivo que nossa entidade converse com os setores democráticos. Foi importante, por exemplo, a entrevista no nosso jornal com o prefeito de Osasco, Humberto Parro. É a cidade que serve de sede a nosso Congresso e ele mostrou na prática que é uma pessoa solidária com a luta dos secundaristas. No movimento secundarista existe gente de diferentes classes sociais. Devemos ter um relacionamento amplo neste aspecto. Jamais realizamos qualquer tipo de relacionamento que marginalizasse ou prejudicasse as reivindicações dos secundaristas”.

Selma e Delcimar estão otimistas quanto ao 23º Congresso. “Vai ser um evento muito importante para a juventude brasileira e provavelmente o maior congresso já realizado pela UBES — declara Selma. No Rio de Janeiro, onde tenho atuado pela dire-

ESTUDANTE EM MARCHA



Jornal da UBES anuncia o Congresso

Greve dos professores do Acre vence intolerância

A quase totalidade dos 2.500 professores estaduais do Acre encontra-se em greve desde o último dia 2. A principal reivindicação dos grevistas é a paridade salarial com os técnicos de outras profissões que trabalham para o governo. Eles exigem também a progressão funcional e a contratação de centenas de professores recebidos — pagos com salário de fome para dar aulas em condições muito precárias.

O governador Nabor Júnior recebeu as reivindicações dos professores em setembro passado, durante outro movimento de greve, prometendo atendê-las. Até a semana passada, porém, o governo só havia contratado 541 recebidos e atendido outros 56 com a progressão funcional. Durante o

período, a Associação dos Professores do Acre (Aspac) procurou várias vezes o secretário de Educação, Raimundo Nonato Mourão, e o próprio governador, cobrando o atendimento total das exigências. Mas as autoridades, alegando sempre falta de recursos, demonstraram pouco caso.

Os docentes decidiram em assembleia geral, no dia 1, declarar a paralisação, obtendo adesões em todo o Estado. O governador Nabor Júnior, peemedebista que nas campanhas eleitorais defendia o direito de greve e as mobilizações populares, preferiu adotar posição contrária ao movimento, advertindo pela televisão que não negociaria com os professores enquanto não voltassem às aulas. Como forma de pressão na manhã do último dia

toria, tiramos delegados para encher sete ônibus. Isso porque a situação que o país atravessa mobiliza mais que nunca a juventude. No Rio, fizemos um plebiscito nas escolas, com uns 15 mil votantes, e 96% responderam que querem diretas-já”.

DIRETAS-JÁ

Os dois diretores da UBES consideram que o principal assunto na ordem do dia no Congresso é a luta por eleições diretas-já. “Pode haver alguma diferença de enfoque, diz Selma, mas somos todos pelas diretas-já”. E Delcimar explica: “Existem ainda alguns estudantes que acreditam que negociar com esse regime resolverá os problemas da Educação e do país. Por outro lado, tem outros colegas que defendem as ações de grupo, exclusivistas, se isolando da frente democrática, dividindo sua composição geral. Essas duas posições são incorretas e prejudicam nossa luta. O povo precisa estar unido para lutar sem conciliação com o regime”.

Delcimar fala também da luta dos secundaristas neste período, particularmente nos últimos meses: “Os secundaristas se mobilizaram em todos os momentos por verbas para as escolas, redução de mensalidades, contra o fim da meia entrada nos cinemas, pela democratização do ambiente escolar. Porém a luta mais importante foi sem dúvida a batalha pelas diretas-já. Em Goiás, onde atuo, montamos dezenas de comitês nas escolas, a exemplo do Liceu de Goiânia, que reuniu 800 alunos em seu lançamento. Participamos da grande maioria dos comícios realizados pelo país e da grande passeata dos combativos companheiros de Brasília, que não se dobraram sob as medidas de emergência”.

Após o Congresso, a principal preocupação é aprofundar a unidade do movimento secundarista e da UBES, contra o governo federal, pelas diretas-já. “Esperamos muitas lutas e colocaremos o movimento secundarista à altura das necessidades”, conclui Delcimar.

Impressionado com o movimento, o governador voltou atrás na sua intransigência. Indicou o líder do governo na Assembleia Legislativa, Francisco Taumaturgo, para negociar com a Aspac. Também fez uma contraproposta que será avaliada pelos grevistas. O presidente da Confederação dos Professores do Brasil (COPRO), Hermes Zanetti, participou das negociações, prestigiando o movimento paredista. (Tribuna Operária)



Grileiros atacam em S. Domingos do Capim

Na condição de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Capim venho, infelizmente, comunicar mais um fato gravíssimo contra os interesses dos trabalhadores rurais do nosso município. No último dia 16 de abril foi realizado um violento despejo contra os posseiros da gleba 10 da Colônia União no km 90 da BR 010, na rodovia Belém-Brasília, que possui aproximadamente 4 mil hectares; totalmente improdutivo, foi ocupada no início do ano passado por mais ou menos 100 posseiros, que fizeram roçados, barracos, ramais etc.

Estavam trabalhando a terra e tornando-a produtiva; porém, no final do ano passado, o grileiro Durval Totolli, que diz ser proprietário, contratou jagunços e policiais para expulsar o pessoal. Em dezembro do ano passado, com a ajuda do Delegado Machado, do nosso município, acompanhado de 8 policiais e 3 jagunços efetuaram ilegal e violentamente a prisão de 8 posseiros, inclusive um garoto de 12

anos; além de terem atirado e espancado o posseiro Domingos Souza e amarrado pelos pés e mãos os trabalhadores presos, que foram jogados na camioneta C-10 do referido grileiro. Ele levou-os à sede do município distante 120 km do local do conflito, somente sendo solto após a interferência da diretoria do Sindicato e do seu advogado.

Não satisfeito com essas arbitrariedades o grileiro conseguiu sumariamente uma liminar com a juíza de São Miguel do Guamá, Dra. Maria Soares Palheta, que requisitou força policial e ordenou que fosse efetuado o despejo de qualquer maneira. O que foi feito no dia 5 de abril com requintes de selvageria, pois os 10 PMs derrubaram 12 barracos com um trator de esteira e moto-serras, além de pegar o trator e passar por cima dos roçados de arroz, mandioca, milho etc.

É importante salientar que no dia 7 o grileiro tornou ao local acompanhado novamente do Oficial de Justiça propondo a inde-

nização para 20 posseiros, com a finalidade de dividir os trabalhadores, e também ameaçando que se os mesmos não saírem de um jeito sairão de outro, isto é, mortos. Ele anda dizendo por aí que vai mandar os pistoleiros matá-los ou envenenar o rio. Quero também informar-lhes que o grileiro citado vive publicamente ameaçando a diretoria deste órgão de classe e o advogado desta entidade, Dr. João Carlos Batista, afirmando que os responsáveis por estes conflitos somos nós e que para resolver este problema é só tirar-nos do caminho. No dia 12 a polícia e os jagunços do grileiro voltaram ao local do conflito para concluir o despejo, avisando que iriam trazer o pessoal amarrado. Diante deste quadro mais ou menos 100 posseiros se mobilizaram e resistiram à prisão e puseram os policiais para correr. Estão ameaçando entrar na área com 100 soldados para fuzilar o pessoal e as lideranças. (Antonio de Araújo Lima-Presidente do STR de São Domingos do Capim-Pará)

Incêndios e saques não destruirão a Tribuna

Não há de ser um incêndio e saques que irão destruir nosso espírito revolucionário. Muito pelo contrário! Nosso jornal tem uma linha justa, correta, que reflete os anseios de milhões de brasileiros. Frente a isso a reação sórdida apela para atos desesperados de quem se encontra a beira do túmulo. Devemos,

junto com a classe operária e os camponeses, ser os primeiros cozeiros desse regime militar e toda a camarilha que o acompanha. Devemos, por todos os meios, tentar reaver o que nos foi roubado.

A solidariedade da **Tribuna Operária** tem sido muito grande. Tem gestos bonitos de um monte

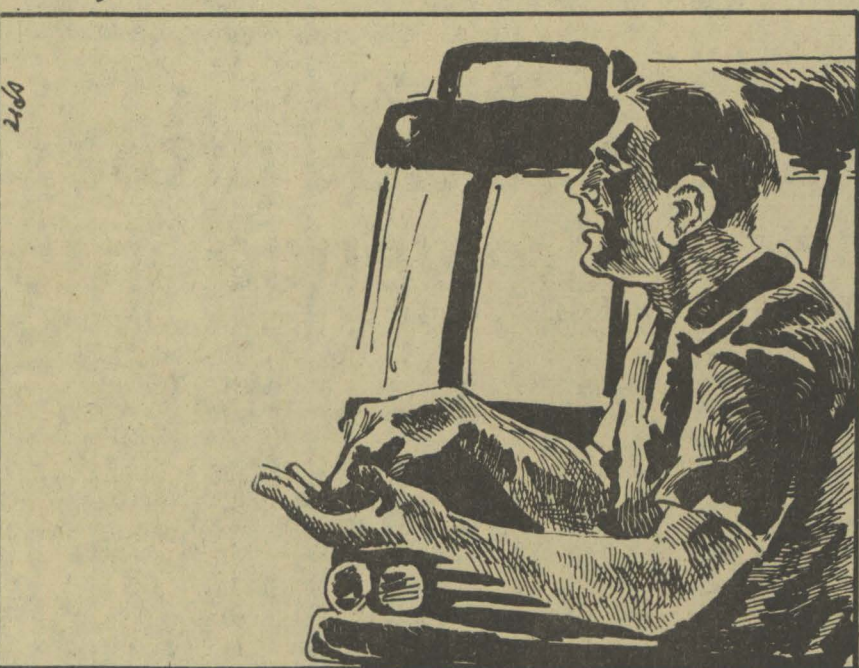
de gente que não conhecemos (por exemplo venda da TO no terminal de ônibus) e que faz questão de contribuir com Cr\$ 100,00 ou Cr\$ 200,00. Isto é bastante interessante para Americana, pois o nível de informação é baixo, dado que os jornais locais são débeis. (vendedora da TO em Americana, São Paulo)

O trabalhador não é escravo, sr. Edvelton!

Após 36 anos de serviço na CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) estou vendo serem violados todos os meus direitos e os de muitos colegas, depois de uma caminhada longa e penosa, dando todos os meus esforços no cumprimento do dever, como trabalhador honesto.

Ao longo desses 36 anos de trabalho sempre mecanizei meu ponto antes de trocar a roupa. Agora infelizmente, por determinação do sr. Edvelton, sou obrigado a mecanizar meu cartão já trocado de roupa, transformando assim a nossa empresa em verdadeiro cativeiro. Nunca fui cativo e espero até os meus últimos dias não ser escravo de ninguém.

No dia 30 de março, às 14:22 h, o sr. Edvelton Tadeu Mendes, coordenador de manutenção do troleibús ao passar por minha seção de trabalho observou que eu lia o informativo que a companhia distribui nos locais de trabalho. Ele determinou ao meu chefe de seção que fechasse o meu cartão de ponto. E isso foi feito a quem há tantos anos presta serviço a empresa, sem nunca



ter sofrido nenhuma punição.

O sr. Edvelton vem se comportando de maneira muito desleal com todo o pessoal deste setor, inclusive fazendo ameaças de desligamento do emprego por menor que seja a falta, por menor que seja a conversa entre os empregados.

Como se isso não bastasse, chega ao cúmulo de dizer que o povo lá fora está passando fome e os trabalhadores que abram os olhos. Entendo que não só eu mas todos que estamos prestando nosso trabalho merecemos respeito, principalmente por parte daqueles que estão no lugar de mando. (S.B.S.-São Paulo, SP)



fala o POVO

De São Domingos do Capim, no Pará, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos envia uma denúncia grave: cerca de cem posseiros estão ameaçados de fuzilamento por um grileiro que se diz dono das terras que eles trataram, semearam e da qual tiram seu sustento e a manutenção de suas famílias.

Os posseiros mostram-se dispostos a resistir e lutar por seus direitos. Situações como essas ocorrem em todo o campo brasileiro. O monopólio da terra é mais do que nunca contestado por quem nela trabalha e no fim não tem direito a nada. Mas os lavradores já estão cansados de exploração, como bem mostra a carta. (Olivia Rangel)

Em Vila Farrapos o 1º de Maio foi de luto

O 1º de Maio foi um dia de luto para os moradores da Vila Farrapos em Porto Alegre. Em vez do festivo comício alusivo ao dia dos trabalhadores, a revolta se fez presente nos lares desta vila abandonada pelas autoridades municipais.

O menino Marco Aurélio Hilário de Oliveira, de 12 anos incompletos, morreu soterrado num dos imensos buracos existentes na vila, feitos pelas obras do Projeto Rio Guaíba, que se arrastam há vários meses causando vários transtornos aos moradores. Em vez da prometida rede cloacal e fluvial, os moradores estão às voltas com esburacamento total da vila, sem nenhuma proteção, com suas casas inundadas à primeira chuva, colocando em permanente risco a vida dos moradores, sobretudo das crianças. Os moradores já foram ao prefeito,



aos demais órgãos competentes, sem conseguir nenhum atendimento às suas reivindicações. Agora, com a morte do menino Marco, perderam a paciência e

vão exigir uma rápida solução para o caos em que se encontra a Vila Farrapos. (uma tribuneira da Vila Farrapos-Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

Mulheres tingem o Congresso de amarelo

Foi tudo bonito demais. Seis mil mulheres em Brasília, no dia 17 de abril. Negras, brancas, operárias e donas de casa, estudantes, intelectuais, artistas e parlamentares; jovens e idosas se confundiam na alegria e na expectativa da vitória. Ada, 64 anos, de Campinas, afirmou: "Eu era velha, hoje, na luta, me tornei jovem de novo".

As flores, as grandes faixas coloridas indicavam o entusiasmo e a combatividade das mulheres na defesa de seus direitos e das eleições diretas-já. Por volta das 13:30 h começam a chegar as caravanas de vários Estados, ocupando as galerias do Congresso. Fato curioso é que justamente quando não havia mais lugares nas galerias, os porteiros escancararam as portas de vidro ameaçando um tumulto. Mas não conseguiram.

E do contrário do que ocor-

reu em 1964, quando as marchadeiras as pretexto de defender a família apoiaram o golpe militar, as mulheres entenderam que a defesa de seus direitos passa necessariamente pela ação coletiva, solidária e unificada em defesa das liberdades políticas como o direito de votar para presidente. Ao invés de aceitarem as provocações, as mulheres ouviram as companheiras que determinavam: "Não há mais lugares no Congresso, vamos voltar e nos reunir no gramado". Dessa forma se iniciou o ato público das mulheres que expressavam o desejo de 130 milhões de brasileiros.

As mulheres se manifestavam pela primeira vez de forma massiva a nível nacional desde 1964. Ali em Brasília, cada mulher que falava continuava o discurso da que a antecederia. Diretas? Já! Era a voz incansável de Cristina Tavares, Dodo-

ra, Juracy, Benedita, Ruth Escobar em meio à multidão feminina. E ao embalo de "Chora Figueiredo, que chegou a sua hora", as mulheres gritavam: "Votar para presidente, todo mundo quer. Queremos as diretas e os direitos da mulher!"

Pobres de espírito aqueles que responsabilizaram a mulher pelo estado de emergência! Na verdade ele já era ensaiado quando a Polícia Federal retinha nas barreiras de ônibus, principalmente os de São Paulo — a maior caravana com 20 ônibus e 750 mulheres. Houve ônibus que ficaram retidos por quatro horas nas barreiras.

Parabéns, mulher brasileira, que soube conquistar seu espaço trabalhando de forma ampla e unitária com todos os segmentos da sociedade sem perder sua autonomia ou se deixar manipular. (Maria Amélia Teles-presidente da União de Mulheres de São Paulo-SP)

UBES se fortalecerá no XXIII Congresso

Ali está provavelmente o maior Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Essa realização é o resultado do trabalho anônimo de milhares de companheiros, que não mediram esforços enfrentando a repressão nas escolas, dificuldades financeiras e familiares, e se deslocaram até Osasco, em São Paulo.

Ao longo desses treze meses de gestão tivemos avanços consideráveis no movimento secundarista. A UBES hoje já coordena três vezes mais entidades do que quando foi reconstruída. Possui sede própria no Rio de Janeiro, registrou a atual diretoria em Cartório, realizou o I Seminário Nacional sobre Educação debatendo a situação da escola atual e apontando na perspectiva da Escola Democrática, Pública e Gratuita. Realizou dois encontros regio-

nais sobre a realidade do Ensino Técnico no Brasil, aprofundou o relacionamento com todas as entidades secundaristas do país.

A UBES hoje é, no termo real, uma entidade nacional, pela organização de suas entidades filiadas em todo o Brasil e, principalmente, através das lutas que tomam em alguns momentos abrangência nacional. Foi assim a luta contra o fim da meia entrada nos cinemas, contra a repressão e invasão de escolas por forças policiais.

Mas sem dúvida o lugar de destaque cabe a luta pelas Diretas-já. Enfrentamos com bravura os cães e paus-mandados do general Newton Cruz em Brasília; paramos todas as escolas secundaristas do Piauí; saímos em passeata depois de paralisadas as aulas das maiores escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná,

entre outros, acompanhando atentamente a votação das Diretas-já.

A UBES mais presente nas escolas, mais conhecida e reconhecida por amplos setores da sociedade, é o resultado do esforço conjunto da Diretoria e das entidades dos Estados, cidades e escolas.

Colegas: um papel de destaque está reservado aos secundaristas na luta para libertar nosso país do jugo do imperialismo e do regime militar. Manter a UBES sempre sintonizada com os problemas dos estudantes e do país, colocando em movimento esse enorme contingente de 25 milhões de secundaristas, é o que o povo brasileiro espera. De nossa parte fica a certeza que batalharemos sempre animados para construir melhores dias para a juventude e o povo sofrido de nosso torrão.

(Apolinário Rebelo, presidente da UBES)

A Tribuna se levantará das cinzas

Resistimos ao fogo ao vandalismo oficial à tirania à ditadura. A Tribuna é o povo, o operário, o trabalhador. Nosso canto de guerra nosso berro

ecoará de Norte a Sul tirando o povo das trevas da alienação, do jogo político das multinacionais da "informação" da mentira

da contradição. Viva a Tribuna Operária! Tua sina gloriosa é a luta. Avante!

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O ascenso da luta de massas

O movimento de massas elevou significativamente o seu nível com a campanha pelas diretas-já. É ainda um processo em ascensão, não atrelado especificamente a uma corrente política, de certa forma espontâneo, e guiado por um fator mobilizador unitário, representado até o momento por uma questão muito concreta e clara: diretas-já.

Esta palavra de ordem teve a virtude de traduzir, numa fórmula simples e objetiva, todo o sentimento de insatisfação e o desejo de mudar que tomaram corpo entre a grande maioria dos brasileiros. Com este algo concreto como farol, milhões saíram às ruas nos gigantescos comícios, os maiores de nossa história, não porque foram liderados por esta ou aquela orientação, mas porque perceberam que ali estariam todos os que se opõem ao sistema estabelecido. Desta visão unitária é que se forjou também entre o povo a esperança concreta de vitória.

Alguns grupos políticos, considerando que "só isto não resolve", procuraram agregar outros acessórios à palavra de ordem diretas-já. Pensam que assim fica "mais radical". Além disto dedicam-se sobretudo a detetar as diferenças e divergências dentro deste vasto movimento e a atacar impiedosamente qualquer discrepância com o que eles julgam certo. Tanto empenho jogam nisto, que até esquecem que o grande alvo, este sim a ser implacavelmente visado neste instante, é o regime militar.

Não é por este caminho de pequeno-burguês apressado que a revolução avança. Não se trata de resolver o máximo de coisas de uma só vez. E nem de ter como principal meta marchar só com os "puros". A revolução depende de força, que só uma ampla unidade permite acumular. É se esta força puder se concentrar num ponto concreto, que as grandes massas compreendem, mesmo que este ponto não resolva todos os problemas, pode-se abrir de imediato uma nova situação, qualitativamente superior, na qual as transformações mais profundas se tornem mais realizáveis. É a velha questão, insistentemente abordada por Lênin, e repetida por Dimitrov, de **abordar** a revolução concretamente, ao invés de ficar falando abstratamente sobre a sua necessidade.

Manter a unidade mais extensa possível é essencial. O que não implica abdicar de, ao mesmo tempo, ajudar as massas a perceberem as diversas concepções e os diversos interesses envolvidos na campanha. No curso da batalha, sem dividir forças, as concepções de vanguarda do proletariado serão discutidas e compreendidas pelo povo. E em consequência, reforçarão a sua mobilização.

Manter as palavras de ordem mais simples e assimiladas pelas massas é igualmente indispensável. Na prática da luta em torno do que já compreendem é que as massas elevarão o seu nível de consciência. Ao lado da mobilização direta em torno do objetivo, o proletariado terá melhores condições para debater as questões mais gerais e fazer propaganda das soluções mais profundas, em busca da democracia popular e do socialismo.

REBOQUISMO

Do outro lado da moeda, a pretexto de manter a unidade e de não colocar problemas dos quais as massas ainda não tomaram consciência existem outros agrupamentos que se contentam em seguir a reboque da burguesia. Renunciam às opiniões e às bandeiras proletárias. Não procuram no curso da luta abrir mais espaço para as forças operárias e populares. Deixam o encaminhamento da luta ao sabor do espontaneísmo e, mais do que isto, nas mãos das lideranças e partidos burgueses. Desta forma também a revolução não é possível. Por esta trilha as classes dominantes usarão as massas como instrumento de pressão, realizarão algumas reformas no sistema e chegarão logo a um novo compromisso de cúpulas, deixando o povo de fora.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318
Telefone: 36 7531 (DDD 011) Telex: 0113213 TLOPBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ALAGOAS: Arapiraca - Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelaje - CEP 57000.
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS: Manaus - Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - CEP 69000.
BAHIA: Camacari - Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 - CEP 45600. Ilhéus: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Clímest) - CEP 43700.
CEARÁ: Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 203 - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
DISTRITO FEDERAL: Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. **ESPIRITO SANTO:** Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 23800. Vitória: Rua Francisco Araújo, 77 (esquina com escadaria Cleto Nunes) Centro - CEP 29000.
GOIÁS: Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Formosa: Rua Emílio Póvoa, sala 1 - CEP 77200. Anápolis: Rua Desembargador Jaime, 105, sala 204 - CEP 71100.
MARANHAO: São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO: Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL: Campo Grande: R. Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285, Centro - Fone: 224.7605 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 39 andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ: Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000.
PARAIBA: João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - CEP 58000. Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ: Curitiba: Rua Marim Afonso, 370 - CEP 87000. Londrina: Rua Sergepe, 891, salas 7 e 8 - CEP 86100.
PIAUI: Teresina: Rua Eusebio Martins, 1130, 1º andar - CEP 64000.
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarão Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202 - Alecrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL: Porto Alegre: Rua General Câmara, 52 sala 29 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Da Canaleta, 1891, 2º andar, Fundos. CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas).
RIO DE JANEIRO: Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F. Magalhães - CEP 20000. Niterói: Av. Amiral Pereira, 370, sala 807 - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, nº 2248, sala 4 - CEP 26000.
RORAIMA: Boa Vista: Rua Aileres Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 69000.
SÃO PAULO: Campinas: Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500. Osasco: Rua Tenente Avelar Peres de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. Piracicaba: Rua XV de Novembro, 728, sala 3 - CEP 13410. Ribeirão Preto: Rua Serpepe, 119 - CEP 14100. Santos: Av. Dom Pedro II, 7 - CEP 11100. Santo André: Travessa Lourenço Rondinelli, 35 - Centro - CEP 09000. São Bernardo do Campo: Av. José Arthur da Fria Moreira, 61 - Ferraço - CEP 09700. São João dos Campos: Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 - CEP 12200. Taubaté: Rua Anísio Cruz Monteiro, 41 - Centro - CEP 12100. SERGIPE: Aracaju: Rua Araújo, 599 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição e Impressão por: Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236 loja 8 - Tel. 263.7400 - São Paulo, SP

Vibrante apoio de todo o país para reconstruir a Tribuna

Continua vibrante o apoio dos trabalhadores e democratas de todo o Brasil para a reconstrução da Tribuna Operária. Atenção especial merece a generosidade dos operários. Além dos voluntários que aparecem para "dar uma mão" no trabalho, correm as listas nas empresas, enfrentando o fardo do arrocho salarial e mesmo o perigo de perder o emprego. Este é o heroísmo da classe, para manter a sua imprensa. Veja-se o exemplo da Eriez e da CMTC, da subsele do Sindicato dos Metalúrgicos na Zona Sul em São Paulo e dos metalúrgicos gaúchos. Aliás foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que deu a primeira resposta material ao atentado: no dia seguinte, quatorze diretores fizeram assinaturas do jornal.

• Sindicatos e Associações:

Sindicato dos Metrovianários-SP: "Solidários com a Tribuna Operária na luta pelas diretas-já, democracia e liberdade, repudiamos o atentado das forças reacionárias de extrema-direita promovido em cumplicidade com o regime militar que se aproxima do fim".

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Pernambuco e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Angelim, Lajeado, Canhotinho, Correntes, Salóá, Buíque, Lagoa do Ouro, Cachoeirinha, Garanhuns, Itaba, e Caetés, Associação dos Moradores do Monte Sinai e PMDB de Garanhuns, PMDB de Paranatama, em abaixo-assinado, em abaixo-assinado: "Atentados, como o agora verificado com a Tribuna, vêm demonstrar o medo e a insegurança dos inimigos da classe operária e do povo. Nosso apoio e solidariedade, além do estímulo para continuarmos unidos na luta pela conquista de melhores dias para o povo brasileiro".

Wilmair Alves, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás: "Foi um ato repugnante de violência cometido contra um órgão de imprensa que a gente considera dos mais combativos deste país".

Sindicato dos Jornalistas-RJ distribuiu nota à imprensa

sa vinculando os atentados contra a Tribuna Operária e "Hora do Povo" com as medidas de emergência decretadas em Brasília e Goiás.

A diretoria da Associação Riograndense de Imprensa

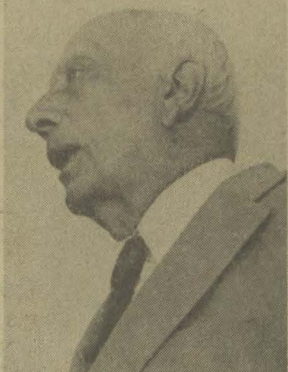


Foto: L. Carlos Leite

Ulysses Guimarães

enviou voto de solidariedade afirmando: "Esperamos que o jornal consiga recuperar suas instalações e que atos de vandalismo como esse sejam devidamente investigados pelas autoridades e punição de seus autores". A nota é assinada pelo presidente da entidade, Alberto André, e pelo secretário, Ênio Rockenbach.

Sindicato dos Médicos de São Paulo enviou nota de solidariedade afirmando que "o jornal Tribuna Operária desde há muito vem se colocando como um dos

principais defensores dos interesses da população brasileira e por isso foi alvo da agressão criminosa (...)"

Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campinas "vem apresentar seu voto de repúdio a tais acontecimentos, juntando sua voz à de outros democratas que condenam a tentativa de impedir a livre expressão de pensamento". Assinam a nota Ângelo Colombari, presidente, e Maria Adelaide de Oliveira, secretária-geral.

Manifestação de 1º de Maio realizada em Itabuna, reunindo 21 sindicatos de trabalhadores rurais, três sindicatos urbanos, além de associações de moradores, entidades estudantis, parlamentares e caravanas de diversas cidades do sul da Bahia, aprovou moção de solidariedade ao jornal. Além disto, foi realizada uma coleta que rendeu Cr\$ 15 mil.

União das Associações de Moradores de Canoas envia solidariedade assinada por seu presidente, Clésio de Oliveira: "Atos como o que foi praticado contra a Tribuna Operária são parte da tática de um governo que não tem mais saída".

• Personalidades e Partidos

Ulysses Guimarães: "É claro que é preciso haver



Foto: L. Carlos Leite

Ataque fascista à Tribuna Operária está sendo repudiado em todo o país

uma apuração destes incêndios contra órgãos de imprensa. Isso não pode ficar impune. São atentados que prejudicam o direito de informar, e impõe-se, como em qualquer democracia, que haja uma apuração e punição dos responsáveis".

Senador Fernando Henrique Cardoso: "Você já declarou. É criminoso. É uma coisa que merece repulsa dos democratas".

Orestes Quêrcia, vice-governador de São Paulo: "Eu gostaria de deixar aqui a minha solidariedade de político, de cidadão e também de jornalista, aos companheiros pelo atentado sofrido. Eu acho que nós devemos ter um regime de liberdade, onde todos, tenham o direito de emitir a sua opinião. E acho que estas atitudes são de gente desesperada com a abertura democrática que o povo está conseguindo impor neste país".

Senador Humberto Lucena: "Trata-se de um jornal independente, cuja linha é a defesa intransigente dos interesses populares, pela total libertação nacional".

Edgard Carone, historiador: "O atentado à Tribuna Operária mostra a impunidade das forças da repressão. É preciso pôr fim a essa situação submetendo à Justiça os verdadeiros responsáveis — pessoas e órgãos ligados diretamente ao governo. Chega! Basta! Não dá para aguentar mais". O professor Carone colocou seus arquivos à disposição da Tribuna, doou dois de seus livros e fez uma assinatura de reconstrução.

Cláudio Tozzi, artista plástico que doou dois de seus trabalhos, no valor de Cr\$ 90 mil cada, para ser usado em finanças para a



Foto: L. Carlos Leite

Quadro doado por Tozzi

TO: "Repúdio a violência cometida contra a Tribuna Operária. Neste momento, que é de reorganização das massas, ouvem-se os novos latidos dos inimigos da liberdade, que provavelmente serão os últimos".

Ivan Lins, músico e compositor: "Eu acho que o atentado contra a Tribuna Operária é um atentado contra a cultura. É uma violência a uma das coisas mais bonitas que o homem tem. Isso só pode partir de pessoas que absolutamente não estão nem aí, inclusive são pessoas que odeiam o pensamento do homem".

Os deputados federais Iranildo Pereira e Paes de Andrade, o vereador Manoel Veras e outros 13 democratas do Ceará repudiam o atentado e "ao mesmo tempo oferecemos nossa contribuição material à campanha de reconstrução deste semanário".

Fernando Moraes, jornalista e deputado estadual de São Paulo: "Só posso condenar. Isso aí é mais uma manifestação de um esquema paramilitar chamado terrorismo de Estado, que não é investigado porque eles sabem onde está a ponta do barbante. A ponta do barbante está na própria casa deles".

Deputado estadual Godo-



Foto: L. Carlos Leite

Orestes Quêrcia

fredo Pinto, presidente do CEP-RJ, afirma que "nesta luta os companheiros podem contar com o meu mandato que, como sempre, está comprometido permanentemente com as causas maiores da democracia".

Deputado estadual de Goiás Ivan Ornellas: "Os donos do poder estão desesperados pela iminência de serem tirados do poder pela pressão e força popular, então começam com a prática terrorista na tentativa de novamente manter o regime".

A Executiva Regional do PMDB da Bahia enviou mensagem de solidariedade, aprovada em sua última reunião e assinada por todos os seus membros, encabeçada por Marcelo Cordeiro, presidente.

Deputado José Gregório: "Acho muita coincidência que toda vez que o Brasil se prepara para um avanço qualitativo em busca da democracia se sucedam atentados. Vamos torcer para que não tenhamos no Brasil uma nova série de atentados e isso depende da mobilização da sociedade civil".

Deputado estadual do Rio Grande do Sul, Eclêa Fernandes: "O incêndio criminoso que destruiu a sede central da Tribuna Operária foi uma das tantas ações terroristas que se repetem desde 1964 com a convivência do regime militar".

Deputado estadual do Rio Grande do Sul, Hélio Muskopf: "A imprensa deve ser livre e não pode ser atingida apenas para satisfazer os desejos dos incompetentes, incapazes e corruptos, responsáveis pelos destinos da pátria nos últimos 20 anos".

Jorge Gama, presidente do PMDB-RJ, expressa "solidariedade ao jornal Tribuna Operária vítima de incêndio em sua sede, em circunstâncias ainda não suficientemente esclarecidas".

• Vereadores e Prefeitos:

Aprovaram moções de solidariedade à Tribuna Operária as Câmaras Municipais de Salvador (apresentada por Lídice da Mata e Ana Coelho), Itapetinga (apresentada por Manoelito Moreira) e Feira de Santana (apresentada por Manoel Messias Gonzaga e bancada do PMDB), na Bahia; de Campo Grande e (apresentada por Américo Nicolatti) no Mato Grosso do Sul; de Ribeirão Preto (apresentada por Leopoldo Paulino), em São Paulo.

Adão Faraco, prefeito de Alegrete, Rio Grande do Sul: "O atentado à Tribuna merece repúdio".

Vereador Euler Ivo, de Goiânia: "O atentado contra a Tribuna Operária tinha por objetivo intimidar a frente democrática e popular que luta pelas eleições diretas-já. Conclamo todos os setores empenhados na construção da democracia em nosso país que ajudem a reconstrução da TO".

Vereador Luiz Caetano, de Camaçari, Bahia, enviou apoio ao jornal e telegrama ao ministro da Justiça e ao governador de São Paulo, exigindo providências energéticas para a apuração da ação terrorista.

• Abaixo-assinados:

Federação dos Trabalhadores na Agricultura, representando 43 sindicatos; Associações dos Moradores dos bairros Tijucal, Canjica, Santa Isabel, CPA III, Bela Vista, Pedregal, Campo Velho, Santa Helena; Diretórios Regionais do PMDB e do PT de Mato Grosso; Associação Matogrossense de Estudantes, Associação de Defesa dos Mutuários; diversos centros acadêmicos; deputados, vereadores, líderes populares e democratas, totalizando 30 assinaturas, repudiam "de forma veemente o ato terrorista contra a liberdade de imprensa praticado contra a sede do jornal Tribuna Operária..."

Nota de solidariedade assinada pela Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte, Associações de Moradores do Conjunto Flávio de Oliveira, Zona Leste, Bairro 1º de Maio, Bairro Suzana; Movimento Jovem Novo Aarão Reis; Associação dos Sociólogos de Minas; Associação do Sinpas, UNSP, IAB/MG; Associação dos Mutuários de Habitação do Brasil; Roberto Martins (2º vice-presidente do PMDB); deputados federais Manoel Costa, Luis Guedes (PMDB) e Luis Dulci (PT), Jorge Nahas (dirigente do PT), Sérgio Brito (Comissão pela Legalidade do PC do B), Martinho Alberte (Convergência Socialista); Conselho das Entidades Estudantis de Minas; Andes e Associações dos Docentes das Universidades Federais de Minas, Santa Maria, RN, PB, PE, Rural de PE, SC, RJ, Fluminense, PA, São Carlos, Juiz de Fora, GO, CE.



Foto: L. Carlos Leite

Fernando H. Cardoso

Deputados estaduais Luís Pedro, Gervásio Santos, Nonato Lago, Carlos Gutierrez, José Tadeu; vereadores de São Luís — Alcioneir Salgado, José de Arimatéia, Gonçalves Viegas, Ananias Neto; Setor Jovem do PMDB; Diretório de Engenharia Civil da Universidade Estadual; União de Moradores de São Bernardo, Vila Padre Xavier, Vila Governador Pedro Neiva de Santana, Comissão Interbairros de São Luís, Maranhão, em nota conjunta: "Queremos manifestar nossa solidariedade a este órgão da imprensa democrática, que tem se colocado firmemente ao lado do povo brasileiro na sua luta pela conquista das eleições diretas-já."

• Entidades Estudantis:

DCE de São Leopoldo-RS, DCE da PUC-Goiás, DCE da Universidade Federal de Goiás, Centro Acadêmico XXII de Março da Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre, Comissão dos Estudantes do Premen de Campina Grande-PB, Assembléia Geral da Universidade Estadual do Maranhão, Plenária Estadual dos Estudantes de Goiás.

Expressivo apoio financeiro para reconstruir a Tribuna Operária: atingimos quase Cr\$ 3 milhões!

Empresas/Sindicatos	Cr\$
Coleta na Fábrica Eriez, S. Paulo	16.100
Venda de bônus no 1º de Maio, S. Paulo	12.300
Coleta na inauguração da Subsele Sul do Sind. Metalúrgicos de S. Paulo	35.500
Comissão de mobilização do Sind. Metalúrgicos de Porto Alegre (RS)	9.036
Assembleia de Metalúrgicos P. Alegre	2.000
Coleta no 1º de Maio em Itabuna (BA)	15.000
Coleta entre trabalhadores da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), SP	38.000
Outros	Cr\$
Um diretor da APPD-SP	100.000
Coleta entre funcionários do Hospital do Servidor, SP	14.000
Coleta em Cangaíba, SP	7.700
Bônus vendidos na posse da diretoria do Sind. dos Jornalistas de S. Paulo	73.000
Coletas entre jornalistas da "Folha", TV Globo, "IstoÉ" e assessorias de imprensa em S. Paulo	74.000
Coleta no Comitê Pró-Diretas Centro, SP	4.400
Coleta entre funcionários da Prefeitura de S. Paulo	35.000
Coleta em um colégio de S. Paulo	10.000
Coleta em S. José dos Campos (SP)	6.761
Coleta em Americana (SP), assinada pelos vereadores José Castilho, Mauro dos Santos, Adelino Andrei, Mianete (PMDB) e Carlos Mello (PTB), pelo ex-prefeito Octávio Zazei e outros	41.100
Bônus vendidos em S. Paulo	38.140
Coleta na Un. Católica de Goiás	29.900
Conf. Interiorana de Vestibulandos da Universidade da Bahia	100.000
Coleta na Un. Católica da Bahia	80.000
Raimunda M.S. da Silva (BA)	50.000
Ademar (Amarelo) (RS)	20.000
Coleta na V. Farrapos (RS)	6.000
Roberto Sum (RS)	10.000
Coleta na exibição de "Jango", promoção do Sind. Jornalistas P. Alegre	9.100
João, Suzane (RS)	4.250
Carlos Speck (RS)	5.000
Dep. est. Dorival Oliveira (PMDB-RS)	10.000
II Encontro de Estudantes de Comunicação (RS)	3.400
Bônus e diversos (RS)	13.647
Assinaturas de reconstrução no RS (7), S. Caetano do Sul, Rib. Preto e S. Paulo	300.000
Venda da TO a Cr\$ 500,00 em Aracaju (SE)	32.800
Assinatura de apoio do deputado Fernando V. Lessa do Nascimento (PMDB-SP)	9.000
Subtotal	1.215.134
Total arrecadado nas duas semanas passadas	1.436.500
Total geral até agora	2.651.634

A contribuição para a reconstrução da Tribuna Operária não tem se limitado à doação em dinheiro. Recebemos também duas máquinas fotográficas (uma Olympus e uma Xereta) de Ribeirão Preto e dois trabalhos do pintor Cláudio Tozzi para serem leiloados. Destacamos ainda o significativo apoio da classe operária que, nas empresas ou nas assembleias sindicais, contribui com uma parte do pouco que ganha para o jornal. Nossos agradecimentos e nosso apelo para que as doações continuem sendo efetivadas. A imprensa operária depende do seu apoio.

Apoio na prática

Ajude a reconstruir a Tribuna. Deposite sua contribuição na conta 04202/0 da Agência 768 do Banco Itaú de S. Paulo, em nome de Divo Guisoni. Envie também fotos para ajudar a recompor nosso arquivo.

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Sem frentes sertão passa fome

Como por ironia, a catástrofe chegou no 1º de Maio: um tlex da Sudene extinguindo a maioria das frentes de trabalho no Nordeste. "Assim vamos todos morrer de fome", sentencia o posseiro Chico do Roque, enquanto faz a feira em Casa Nova, para a reportagem da Tribuna Operária que percorreu a região de Juazeiro da Bahia e constatou o drama dos flagelados.

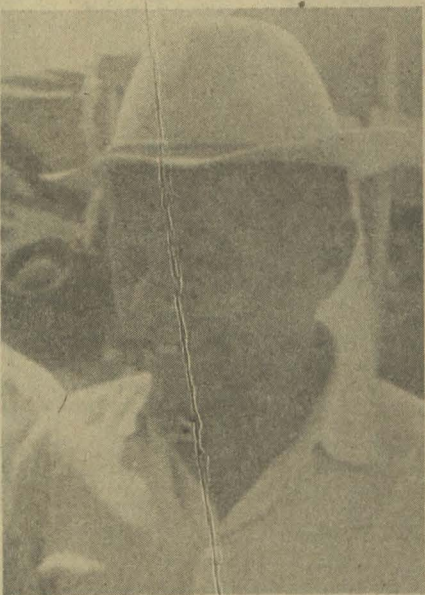
Logo que souberam da notícia, alguns dos 4 mil desempregados que estavam alistados nas frentes de Juazeiro foram reclamar com o prefeito Jorge Khouri, do PDS, e conseguiram uma prorrogação do prazo até o dia 15. Mas o problema é bem maior. Ninguém conseguiu plantar nada durante as escassas chuvas no final de 1983 e agora em março. Não havia sementes. Nem crédito. Para a maioria, a única coisa que resta é a migalha dos Cr\$ 15.300 mensais que recebem nas frentes, em geral com atraso.

Em toda a região de Juazeiro, há cerca de 45 mil lavradores, pequenos proprietários e posseiros inscritos nas frentes. Eles souberam da medida através do deputado Luiz Nova, do PMDB, que fez a denúncia nos atos de 1º de Maio em Casa Nova e Juazeiro. A reação é de desespero. "Nós não vamos aceitar isso pacificamente", assegura Chico do Roque.

Zefinha: "Nem um grão de semente nós tivemos"

Dona Valdete dos Santos Borges tem 40 anos, nove filhos e um pedaço de terra em Cacimba do Meio, município de Casa Nova. No povoado não chegou um grão sequer das mil toneladas de sementes que o governo baiano garante estar distribuindo. Ela, como os outros 10 mil frentistas alistados nos municípios, não sabe o que fazer: "Não consegui plantar nada, não vou colher nada e só tenho essa miséria de 15 mil para viver", reclama. Mesmo com o marido e cinco filhos trabalhando de frentistas, a família de dona Valdete só come feijão e carne uma vez por semana. Mas numa coisa ela é taxativa: "Morrer de fome eu não vou".

O rosário de queixas é um só: a grande maioria não conseguiu plantar na época certa por falta de recursos e sementes. Na Vila São Joaquim, em Sobradinho, José Avelino dos Santos, casado, cinco filhos, vive "com a graça de Deus". É vigia da frente de serviço Tataui II e, enquanto se prepara para dormir ao relento com a família, explica que para não morrer de fome já vendeu "todos os cacos que tinha".



Chico, com 18 filhos, e fome

Privilegiado, ele tem "um feijãozinho bajando" (em início de safra), mas nem assim conseguirá passar sem os Cr\$ 15.300 da frente. "Será que eu vou morrer de fome?", indaga; e dispõe-se a lutar para que as frentes continuem.

É a falta de opção que obriga os lavradores a defender as frentes de emergência. Todos têm críticas severas à forma como as frentes funcionam, controladas por caciques políticos, quase sempre de alguma facção do PDS. Elas são um prato feito para a prática da "indústria da seca", tão simples como antiga e vergonhosa. A discriminação começa no alistamento dos frentistas, passa pela localização das obras de emergência e vai até a hora do pagamento. Só são atendidos os eleitores do PDS.

Em Casa Nova, várias frentes se concentram nas fazendas da família Viana, secular dominadora da região. O senador Luiz Viana Filho, do PDS, é o chefe maior do clã. Contudo quem manda diretamente no município é seu sobrinho Adolfo Viana

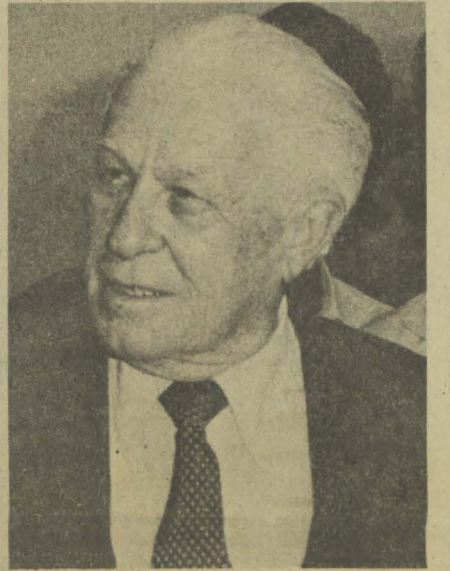


O açude em Picarrão ficou pela metade, trabalho à toa; Pedro Feliciano: "Salarinho fraco"; e Luiz Viana Filho, chefe do clã

de Castro, secretário estadual dos Transportes, que escolheu o prefeito Geraldo dos Santos de Castro e domina todos os cargos públicos do município.

É tudo uma corrupção só. Metade do dinheiro liberado para as frentes é gasto no pagamento e no transporte dos fiscais, todos do PDS. "Não precisava tanta gente ganhando no mole", reclama Chico do Roque. No Riacho Grande, onde mora com a mulher e 18 filhos vivos, Chico ainda conseguiu que a frente fizesse uma estrada no lago do Sobradinho, entretanto são poucas as obras que servirão para os trabalhadores e para o combate efetivo à seca.

Na frente da Vila São Paulo,



temos, pois não temos condições de plantar". Dona Isabel reclama mais: há três meses não recebe o salário. Como muitos, eles conhecem e apóiam o projeto do deputado federal Haroldo Lima, que institui o salário-mínimo nas frentes de emergência. "É o mínimo que o governo devia fazer; pelo menos estavam cumprindo a lei" — fala Cicero Ferreira, com a concordância de seus companheiros.

Ao mesmo tempo em que enfrentam os problemas da seca, os trabalhadores da região de Juazeiro não esquecem os conflitos de terra, que são frequentes ali. O bispo de Juazeiro, dom José Rodrigues, conhece de perto os dois problemas e não separa a seca da grilagem: "Eu acho que tudo isso só será resolvido com uma reforma agrária ampla, massiva, que coloque na mão do trabalhador rural a terra e os meios para cultivá-la", disse ele na tarde de domingo, dia 6, ao retornar da Conferência da CNBB em Itacai, São Paulo, na qual a questão nordestina foi o tema central.

Nos seis municípios da diocese, há cerca de 200 mil flagelados e apenas 45 mil alistados nas frentes. No Nordeste inteiro, são 22 milhões de vítimas da seca e só 2,7 milhões de inscritos. As obras são inócuas, os salários indignos; mas com a desativação das frentes, dom José está convencido de que a situação, já grave, vai piorar.

O bispo de Juazeiro relata que mesmo hoje o trabalhador rural passa fome. "Recebo cartas de gente dizendo que está comendo apenas raiz de pau e pondo sal



D. José: cartas de quem come pau

Retirantes às avessas

A mesma notícia de chuvas no Nordeste, que serviu de pretexto para a desativação das frentes de emergência, acendeu um fio de esperança em muitos dos 4,5 milhões de nordestinos que vieram para São Paulo. Não chega a haver um êxodo, como a televisão procurou mostrar. Segundo Rita Isabel Ramos Pinto, assistente social do Cetren — órgão que encaminha os retor-

nados —, o número de famílias que desejam voltar ao Nordeste permanece mais ou menos o mesmo desde que começou a onda de desemprego. Mas, sobretudo entre os que migraram recentemente, as chuvas agora se somam à falta de emprego em São Paulo para motivar essa retirada às avessas.

O Cetren atende entre 300 e 800 pessoas por dia, a metade delas com pedido de passagem para retornar a seus lugares de origem. "Recebi carta da família dizendo que está chovendo. Eu tenho um sítiozinho por lá" — conta José Antônio Sobrinho, paraibano de Princesa Isabel, pai de oito filhos (o caçula, de três anos, está internado no hospital). Ele veio para São Paulo há oito meses, colheu laranja e algodão em Lemes. Agora, desempregado a dois meses, resolveu voltar.

"Quero voltar para Iguatu", suplica o cearense Expedito Cabral dos Santos, que está no Cetren com a esposa, dois filhos, a irmã e o cunhado. "Faz três anos que saí de lá, fugindo da seca", relata. Em São Paulo, trabalhou três anos, de pintor. Mas queixase de que na cidade grande "ninguém te ajuda". No Ceará, pretende trabalhar com a irmã "numa rocinha".

"Faz quatro meses que saí do Norte. Lá trabalhava na roça. Vim por causa da seca". Quem fala, desanimado, é o pernambucano Aere José Bezerra, de Arcoverde: "Se soubesse que São Paulo era assim, eu não vinha".

A Tribuna ouviu muitos testemunhos como estes no Cetren. É toda uma raça de brasileiros nômades, que flutua entre as metrópoles do Sul e o sertão nordestino, conforme os azares da seca e da chuva, da crise e da expansão capitalistas. Todos foram unânimes em dizer que, se tivessem terra bastante e ajuda para plantá-la, ficariam sempre em seus lugares de origem.



No Cetren, em São Paulo, a busca da passagem de volta

"Uma reforma agrária é que resolve tudo isso"

Em Picarrão, no município de Santo Sé, na mesma região, o catingueiro Cicero Ferreira de Barros, 54 anos, casado, seis filhos, mostra irritação. Ele relata que se as frentes terminarem mesmo dia 15, como ameaça o governo, nenhuma obra ficará para prevenir flagelos como a seca que há cinco anos castiga a área. Ele chegou a começar uma barragem, junto com mais três frentistas, no entanto a obra parou "por falta de cimento", conforme alegou um fiscal. Outra barragem, mais importante, em Morrinhos, foi suspensa. Todos os frentistas trabalharam à toa, limpando beira de estrada sem plantação e, portanto, sem perspectiva de safra. Agora eles dizem que morrerão de fome sem o míngua salário da frente.

É o que conta Pedro Feliciano da Silva, ao lado da mulher Isabel, lembrando o sofrimento dos dez filhos que ficaram em casa enquanto eles fazem a feira em Picarrão: "Mesmo com esse salarinho fraco — diz, é o único que

na boca para manter a pressão e não desmaiar de fome", conta. Ele defende a manutenção das frentes, porém com outra forma de funcionamento. Os trabalhadores têm de participar dos projetos de obras, fazer poços, agudadas, pequenos açudes, com acompanhamento técnico que impeça a destruição a qualquer chuva mais forte. E principalmente com direito à posse e uso da terra, pois "não adianta ficar fazendo serviço na terra dos outros".

Quem também anda incomodado com a suspensão das frentes dia 15 é o prefeito Jorge Khouri, temeroso diante dos 4 mil desempregados da periferia da cidade, que perderão seu único sustento.

"Se acabar as frentes, os pobres vão morrer"

Enquanto isso, a Pastoral Urbana da Diocese de Juazeiro encaminhou também seu documento à Sudene, assinado por vários frentistas e que dispensa comentários: "Se o governo acabar com a emergência, antes de para nós uma roça molhada ou uma indústria, porque a gente não quer viver de esmola, a gente quer trabalhar. Exigimos que as frentes de emergência não acabem: 1º, porque nós queremos viver; 2º, porque falta emprego para 84% da população de Juazeiro; 3º, porque somos todos migrantes expulsos de outros lugares, sem terra, sem trabalho, sem saúde, sem escolas; 4º, porque se acabarem as frentes em Juazeiro vai haver saque; 5º, porque se acabar é melhor matar os pobres do que viver sofrendo; 6º, porque a chuva não vai resolver nosso problema; 7º, porque o pobre não vai virar ladrão; 8º, porque estamos devendo nas vendas, nas farmácias e outras dívidas; 9º, porque muita gente está passando necessidade e morrendo mesmo com as frentes, se tirar as frentes morrem todos os pobres. Esses motivos mostram um pouquinho como é a vida da gente aqui" (da sucursal)

CDM Centro de Documentação e Informação Fundação Maurício Grabois